

TCC/UNICAMP  
C297p  
1290004367/IE



UNIVERSIDADE ESTADUAL  
Instituto de  
Monografia



TCC/UNICAMP  
C297p  
IE

CEDOC - IE - UNICAMP

O PADRÃO DO CRESCIMENTO CHINÊS E BRASILEIRO (2003-2008)

CEDOC - IE - UNICAMP

Monografia elaborada por Sérgio Adolfo Henrique Wolf Cattozzi como exigência do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do professor Dênis Maracci Gimenez.

*Gimenez, Dênis Maracci*

## Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido ao longo de vários meses e muitas pessoas foram importantes neste processo. Algumas pela contribuição efetiva que deram ao estudo, outras por tornarem este período menos árduo.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof. Dênis Maracci Gimenez, que ao ministrar o curso de Fundamentos de História Econômica do Brasil em meu segundo ano de graduação, despertou em mim o interesse por esta área em que faço meu trabalho final. Queria agradecer pelo direcionamento deste trabalho e por sempre atender prontamente todas as solicitações geradas por ele.

Também agradeço ao professor Davi José Nardy Antunes pela orientação em Monografia I e por me ensinar que um outro país é possível, a despeito do que tentam nos fazer acreditar. A esses dois amigos, que juntamente com todos os outros professores do Instituto de Economia da UNICAMP, ensinaram-me a ver a realidade de outra forma, ofereço aqui a minha gratidão. A universidade pública ainda faz as pessoas pensarem.

Não posso deixar de citar também todos os grandes amigos que fiz ao longo destes anos no Instituto: André, Carol, Diego, Eduardo, GH, Indaiatuba, João Gabriel, Macorin, Ori, Tairi, Vivi e Vladimir. O apoio de vocês foi fundamental, e mesmo com tantos altos e baixos na vida acadêmica, vocês fizeram com que a média resultante deste período fosse sempre um riso incontido. Obrigado também aos amigos e colegas da CAIXA, pelo companheirismo do dia-a-dia e por sempre me liberar para os compromissos universitários. Sem a compreensão de vocês, este trabalho teria sido enlouquecedor.

À minha família pelo amor, apoio e cumplicidade incondicional. À minha mãe, por ser um exemplo de vida, perseverança e paciência, ao meu pai que me ensinou a rir da vida, e à Viviane, que desde pequena vestiu a camisa de irmã mais velha, sempre me ajudando e me defendendo desse mundo tão complicado. A todos vocês, muito obrigado!

Finalmente, à Thamilin por ter me transformado em quem eu sempre quis ser, sem julgamentos, sem cobrança. Obrigado pelo apoio neste trabalho, pela paciência e pelo companheirismo. Você fez do último ano o mais feliz da minha vida e isso me dá forças para lutar sempre. Você fez toda diferença...

## Resumo

Este trabalho estuda o padrão do crescimento brasileiro e chinês, no período de 2003 a 2008, marcado por crescimento econômico generalizado, sobretudo nos países em desenvolvimento. Foi traçado inicialmente um arcabouço histórico das duas economias, com ênfase nos problemas e limitações estruturais que as desafiava nas décadas anteriores ao período aqui estudado. Na sequência, este trabalho expõe números e dados a respeito das variáveis macroeconômicas mais relevantes e, partir disso, busca compreender de que forma as diferentes políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e industrial) adotadas levaram a diferentes taxas de expansão do produto.

A pergunta que norteia este estudo é: quais variáveis determinaram os diferentes padrões de crescimento observados no Brasil e na China?

## Abstract

This paper studies the pattern of growth in Brazil and China from 2003 to 2008, marked by widespread economic growth, especially in developing countries. Initially, it was drawn a historical background of the two economies, with emphasis on structural problems and limitations that challenged the both countries in the decades preceding the period studied here. After that, this work present numbers and data about the most relevant macroeconomic variables and, so, seeks to understand how different economic policies (monetary, exchange rate, fiscal and industrial) adopted have led to different rates of expansion of the product.

The question that guides this study is: which variables have determined the different growth patterns observed in Brazil and China?

**Palavras-chave:** economia brasileira – economia chinesa – crescimento econômico – política industrial – inflação – juro – exportações – câmbio – investimento.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 – O contexto histórico.....</b>	<b>03</b>
1.1 Brasil – problemas estruturais, crise da dívida externa e o Plano Real.....	03
1.2 O caso chinês.....	17
<b>Capítulo 2 – O padrão de crescimento brasileiro (2003 – 2008).....</b>	<b>22</b>
<b>Capítulo 3 – O padrão de crescimento chinês (2003-2008).....</b>	<b>41</b>
<b>Capítulo 4 – Análise comparativa – Brasil x China.....</b>	<b>56</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>64</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>67</b>

## Introdução

Os anos 2000 são marcados por intenso crescimento econômico e aumento do volume de comércio internacional, observados sobretudo nos países em desenvolvimento. Apesar do crescimento generalizado, é possível identificar padrões de crescimento distintos entre as mais diversas economias. Este trabalho estudará o padrão de crescimento brasileiro em contraposição ao observado na China, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2008.

O recorte temporal foi feito para que o foco da análise fosse mantido somente em anos de crescimento para as duas economias. Os anos anteriores, marcados por turbulências internacionais e desarranjos internos (crise asiática, crise de 2001, eleições brasileiras em 2002, são alguns dos fatores que influenciaram no ritmo de crescimento, principalmente no caso brasileiro), contêm elementos e externalidades que poderiam prejudicar o estudo. Uma vez que o tema é padrão de crescimento, precisa-se olhar para um período em que ambas as economias apresentaram variações positivas do PIB.

A escolha da China como modelo de comparação é justificada pelo fato de se tratar de uma economia em desenvolvimento, de industrialização tardia, que conseguiu se inserir no cenário internacional de maneira muito dinâmica, e que não só apresentou as maiores taxas de crescimento observadas no período, mas liderou um processo mais amplo de expansão econômica global, alterando as relações de comércio e de preços por meio de suas relações com o resto do mundo. Além disso, o país apresenta algumas semelhanças com o Brasil, como dimensões continentais, grande população, distância dos grandes centros (EUA e Europa), além da já citada industrialização tardia. Esta última característica, aliás, fez com que o país tivesse que lidar nas últimas décadas com um desafio também imposto à economia brasileira: conseguir uma inserção dinâmica no cenário internacional, absorvendo as novas tecnologias e processos produtivos, ao mesmo tempo em que precisou lidar com questões básicas que os grandes centros, muitas vezes, já haviam resolvido há mais de um século, como o êxodo rural, a formação de centros urbanos com infra-estrutura e saneamento básico, massificação do ensino e formação de grupos empresariais nacionais competitivos. Como os números sugerem, a resposta dada pela China foi mais exitosa que a brasileira.

Dessa forma, o primeiro capítulo deste trabalho volta-se à construção do arcabouço histórico das duas economias, atentando principalmente para as características estruturais de cada uma delas, os problemas advindos destas e de que forma os países responderam a suas limitações. Os dois capítulos seguintes voltam-se para os números observados no período, no intuito de enriquecer o debate com os dados mais relevantes de cada país (taxa de crescimento, taxa de juro, crescimento industrial, formação bruta de capital fixo, saldo comercial, taxa de câmbio, gasto público, investimento estrangeiro direto) e de tentar traçar uma relação entre essas variáveis e o produto final.

O quarto capítulo, baseando-se nos dados expostos nos capítulos anteriores, traz a análise comparativa dos dois casos, evidenciando como as políticas econômicas (monetária, cambial, fiscal e industrial) interferiram na construção do produto, e a partir disso, nos permite tirar conclusões a respeito dos determinantes desses padrões de crescimento tão distintos.

## Capítulo 1 – O contexto histórico

Antes de se passar para uma análise mais detalhada do período objeto de estudo deste trabalho, é imprescindível que se faça uma contextualização histórica dos problemas e desafios que se impunham às economias brasileira e chinesa no início do século XXI. Sendo assim, pretende-se aqui, primeiramente, fazer uma abordagem mais ampla da história econômica recente do Brasil, identificando seus problemas estruturais, e a relação destes com a crise da dívida externa dos anos 1980, as medidas criadas para combater a inflação, o Plano Real e o novo ciclo de endividamento externo. Por outro lado, será feito um breve resumo das estratégias de modernização e de transição econômica para uma economia de mercado liderada pelo Estado implementadas na China desde as reformas iniciadas em 1979 por Deng Xiaoping.

### 1.1 Brasil – problemas estruturais, crise da dívida externa e o Plano Real

Apesar do arcabouço histórico desenhado neste estudo iniciar-se focando na crise da dívida dos anos 1980 e os ajustes aos quais ela levou, é preciso destacar que os problemas da economia brasileira são mais antigos, de ordem estrutural, e dizem respeito à incapacidade de se montar uma estrutura empresarial adequada às necessidades do desenvolvimento capitalista e acumulação de capital no Brasil (Antunes, 2004 e Mello, 1982). Sendo assim, os impactos da crise da dívida externa e seus desdobramentos passam a ser compreendidos como manifestação desses problemas mais gerais.

A articulação entre empresas estrangeiras, nacionais e estatais, que ficou conhecida como o modelo do tripé, embora tenha sido importante para desenvolver a indústria pesada no país, logo começou a enfrentar problemas relacionados com a estrutura de capital dessas grandes empresas instaladas. Como apontado por Mello e Novais (1998, p. 646):

“Copiamos tudo menos o que é essencial: formas de organização capitalista capazes de assegurar um mínimo de capacidade autônoma de financiamento e inovação. Nossa industrialização esteve apoiada sobretudo: 1) na liderança da empresa multinacional; 2) na grande empresa nacional produtiva, que tinha um poder financeiro e de inovação frágil e estava inteiramente desvinculada do sistema bancário nacional, dedicado, por sua vez, certamente com grande proveito, às suas funções

tradicionais (financiamento de curto prazo às empresas, crédito ao consumidor, reempréstimo de recursos externos); 3) na grande empresa estatal situada nos setores de base (aço, energia, petróleo, telecomunicações)”

Dito isso, tal como apontado por Antunes (2004), “a questão central era relativa a quem seria capaz de assumir o papel de carro-chefe da acumulação de capital na economia brasileira, i.e., que setor seria capaz de comandar a sua reorientação”, uma vez que esta estrutura segmentada bloqueava a centralização de capital para qualquer uma das pernas do tripé, fazendo com que a conglomeração natural e necessária a uma economia desta etapa do desenvolvimento capitalista ficasse impossibilitada.

A expansão do capital “trustificado” conduz a uma concentração de capital financeiro que não pode ser reinvestido dentro da própria indústria trustificada. Os novos lucros têm que ser transformados em capital financeiro geral e dirigidos para a formação e financiamento de outras grandes empresas. A expansão contínua dos lucros excedentes obriga a busca de mercados externos, tanto para as mercadorias quanto para os investimentos diretos e exportação “financeira” de capital (Tavares, 1985). No entanto, no caso brasileiro, a articulação do tripé colocou entraves a essa centralização de capital, impedindo as empresas de se conglomerarem, tirando-lhes a capacidade de suprir suas necessidades tecnológicas (visto que isso está intrinsecamente ligado à capacidade financeira) e de realizar gastos substanciais em Pesquisa e Desenvolvimento (PeD).

É válido ressaltar, porém, que o grande problema para o desenvolvimento do capital nacional não era a incapacidade de realizar este processo de conglomeração, mas o fato disso ocorrer fora do país (Antunes, 2004). Logo, as empresas estrangeiras desempenhavam o papel de protagonista da acumulação de capital no seu país de origem, não tendo por natureza compromisso com os países em que se instalam. “A filial, como fração de um bloco de capital externo, é um instrumento da estratégia de valorização do bloco como um todo. A penetração é a expressão de um desdobramento específico da competição intercapitalista” (Lessa e Dain, 1982/3, 1998, p. 253). Já as empresas nacionais são marcadas por uma visão estreita em que, ao não se expor ao risco de ser tomada por seus concorrentes já que a propriedade é familiar e ela não está suscetível a tomadas ainda que hostis, ela também tem a porteira fechada para a centralização do capital (ANTUNES, 2004).

Além disso, historicamente a empresa nacional sempre atuou em segmentos específicos, como o setor de autopeças e de construção civil, visto que no momento da implementação da industrialização pesada (desenvolvimento da indústria do aço, petróleo e de energia elétrica), o tamanho do capital nacional era insuficiente para a entrada nesses setores, ficando estes para a grande empresa multinacional ou à grande empresa estatal.

Analisando a atuação da empresa estatal no processo de acumulação de capital no Brasil, vemos que, se para um país de industrialização atrasada já era fundamental a participação do Estado, no caso brasileiro, de industrialização tardia, se exige ainda maiores tarefas (Serra, 1982/3, 1998, p.82). No entanto, no caso brasileiro, o Estado assume um papel duplo, tal como evidenciado por Antunes, 2004, p. 8-9:

“O problema é que o Estado tem uma liderança ambígua, no sentido de que ele é quem comanda as principais decisões de investimento desta economia, abrindo espaço para que o investimento privado venha a reboque do seu movimento – reduzindo o risco do investimento privado, que de outra maneira seria insuportável – ao mesmo tempo em que possui um papel absolutamente passivo na acumulação de capital, que se concentra nas mãos da grande empresa estrangeira – que, como já foi supracitado, não tem interesse em liderar este processo de expansão capitalista em território estrangeiro.

(...) A própria política das empresas estatais teria que ser modificada, já que elas fundamentalmente forneciam subsídios às empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Esta foi uma política deliberada de incentivo aos ganhos privados mas que, dada a problemática apresentada, eram antagônicos aos interesses do desenvolvimento capitalista nacional ao impedirem a formação da grande empresa monopolista privada ou estatal. O fornecimento de toda a gama de subsídios às outras pernas do tripé foi danoso pois transferia volumosos excedentes para setores da economia que eram incapazes de liderar a reprodução do capital em escala ampliada, o que acabou sendo inócuo em termos da continuidade do desenvolvimento capitalista.”

Dessa forma, o Estado brasileiro não só não assume a liderança do processo de acumulação de capital no Brasil, como “se vê dardejado por uma onda de solicitações contraditórias que é incapaz de atender e conciliar” (Mello, 1977). Como as fontes de financiamento para a acumulação de capital eram restritas, pois é a própria geração de excedente financeiro por parte das empresas que provê fundos para novos investimentos – o que, no caso brasileiro, era restringido pela impossibilidade da centralização do capital – a solução da questão foi deixada ao mercado, através da tomada de crédito no euromercado.

Uma vez que este mercado possuía elevada liquidez, prazos e taxas atraentes, o financiamento da acumulação de capital se deu através dele (e de forma barata, pelo menos no início).

Pode-se dizer, então, que a economia brasileira se tornou refém do endividamento externo e de seus custosos serviços, fazendo com que o país se tornasse uma “presa fácil de um ajustamento extremamente penoso e unilateral, quando da eclosão da crise da dívida externa após a moratória técnica do México em 1982” (Antunes, 2004). Dado o *credit crunch* ocasionado pela moratória mexicana, a necessidade de ajustamento externo logo surgiu, juntamente com o acordo realizado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), exigência dos bancos credores realizada em conjunto com o corte de crédito.

As políticas de ajuste do Fundo, que têm como pressuposto a idéia de que “o problema do país é que sua absorção de recursos está acima das suas possibilidades e a saída é fazer políticas restritivas para reduzir a demanda agregada” (Bacha, 1983), levaram o país a executar uma reversão da balança comercial (esta deveria ser sensivelmente superavitária), com o único objetivo de facilitar o recebimento dos pagamentos dos juros por parte dos bancos estado-unidenses. Logo, a palavra de ordem era incentivar as exportações e deprimir a economia para reduzir a demanda interna, aprofundando ainda mais a crise estabelecida.

“Como as exportações podem ser incentivadas mas em última estância são uma venda, não dependendo de uma decisão soberana do país mas sim das decisões dos compradores externos, o governo brasileiro deveria apertar a economia de modo a reduzir as importações no montante equivalente ao déficit da conta de serviços. E como as importações eram fortemente vinculadas ao crescimento econômico, ainda mais se se leva em conta a importância do petróleo no total das mesmas, eram os grandes bancos internacionais liderados pelo Citibank que definiam o tamanho da recessão brasileira” (ANTUNES, 2004, p. 15).

O que se pode dizer de tal ajuste é que o país arcou exclusivamente com o ônus resultante de uma desordem econômica internacional, uma vez que as austeras políticas corretivas recaíram somente sobre o Brasil, embora os bancos internacionais estabelecidos na Europa tenham executado políticas de expansão de crédito temerárias ao longo dos anos 1970. Dessa forma, há um encontro entre os problemas estruturais da economia nacional com os desajustes e a crise decorrente do fim do acordo de Bretton Woods.

A saída apresentada pelo FMI e aceita pelo país levou a uma substancial contração da economia, que conduzia a um círculo vicioso. As políticas de desvalorizações cambiais e os juros elevados levavam a uma aceleração da inflação, o que corroía o valor real da arrecadação de impostos ao mesmo tempo em que reduzia as receitas governamentais na outra ponta, *pari passu* com a perda de efeito de tal alteração no valor da moeda nacional – o que exigia uma nova rodada de desvalorizações cambiais e aumento dos juros via dívida pública crescente (Antunes, 2004). Com a inflação atingindo patamares muito elevados, o financiamento via emissão monetária era impensável, e a única saída era a emissão de dívida interna, que dado esse contexto calamitoso, era emitida com prazos cada vez menores e juros crescentes. A consequência inevitável desse processo foi a explosão da dívida pública brasileira.

“O ajustamento determinou um agravamento progressivo da situação financeira do setor público. Isto porque foi se ampliando, ao longo do tempo, o hiato entre os fluxos de receita derivados do poder fiscal e dos ativos do governo, de um lado, e, de outro, os compromissos nascidos dos passivos acumulados pelo Estado. Nessas condições, foi inevitável a expansão do financiamento através da dívida pública interna” (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002, p. 15)

O setor privado, por sua vez, dada a perspectiva da recessão duradoura, tratou de reduzir seu nível de endividamento, ampliando o movimento de fuga da dívida externa, tanto pela falta de expectativas positivas para novos investimentos quanto pelo alto custo do crédito neste momento. Como o Estado brasileiro pagava altos juros sobre a dívida pública, é evidente que o setor privado correu para os títulos do governo, conseguindo manter a acumulação de capital interna num cenário de queda do investimento. A ação pública de defesa dos interesses privados permitiu uma saída do endividamento para o setor privado ao mesmo tempo em que gerou um excedente líquido importante que não poderia ser reinvestido, dada a situação e as expectativas (Belluzzo e Almeida, 2002). Mas este excedente poderia ser valorizado com facilidade pela dívida pública, o que tornou o setor privado, como um todo, rentista. Entretanto, a consequência disto foi um aumento da incerteza ligada à precariedade da situação cambial, à alta e crescente inflação e à crise fiscal e financeira do Estado (Antunes, 2004).

Uma vez que o estado brasileiro não era exportador, essa lógica parecia inescapável para atender às exigências de ajuste impostas pelo FMI. O país tinha que comprar dólares para pagar a dívida externa, em um contexto de elevação dos juros internacionais e desvalorização da moeda nacional. Por isso o setor público, em um primeiro momento, subsidiava a geração de divisas nos setores exportadores e, no momento seguinte, comprava essas divisas a preço de mercado via emissão de títulos da dívida pública. Além disso, todo o esforço descomunal realizado pelo país (e todas as suas consequências econômicas e sociais) era suficiente apenas para pagar os juros da dívida e não o principal, não conduzindo, portanto, a uma solução à crise da dívida.

A consequência deste ambiente econômico incerto, em que o setor público não possuía o mínimo de solvência, a crise cambial era iminente, a atividade econômica se contraía, o emprego reduzia e as desvalorizações cambiais aconteciam sucessivamente, foi a eclosão de um Regime de Inflação Alta (Frenkel, 1979). Dentro dessa lógica, os produtores em sua racionalidade econômica preferem correr o risco de perder renda por aumentar excessivamente os preços, a correr o risco de perder o seu capital, caso o seu reajuste de preços seja inferior à taxa de inflação verificada *ex post*. Carvalho (1990, p. 77) afirma que “a experiência (e a intuição) sugerem que sob inflação em aceleração, o risco de capital supera o de renda”. Portanto, neste contexto, a aceleração da inflação era um processo “natural” e inevitável.

Evidentemente, não se pode esperar grande dinamismo da indústria em momentos como esse. Ela retarda os investimentos em aumento da capacidade produtiva, e obtém seus ganhos através de investimentos na esfera financeira e de aumentos seguidos de preços. Por isso as empresas brasileiras conseguiram manter seus potenciais de acumulação de lucros durante a década de 1980, sem precisar investir em inovações ou na ampliação da capacidade de produção. A mudança das bases produtivas, baseada na microeletrônica, na automação flexível integrada e na reorganização do trabalho, que alterou os padrões de produção dos países centrais e de muitos países em desenvolvimento, são fenômenos que não foram observados no Brasil (SUZIGAN, 1992).

Sobre o desempenho dos bancos, Antunes (2004, p. 30) constata que estes “passavam por uma fase de grande bonança através de lucros até então inimagináveis, a despeito do país estar navegando na mais terrível recessão do pós-guerra. Com o fim da

pior fase do ajustamento, os superlucros continuaram a crescer no setor privado em geral e especialmente nos bancos”. Embora o país estivesse em crise, a demanda por crédito reduzida e o volume esperado de depósitos fosse decrescente, o Estado se responsabilizou por assumir o “endividamento forçado”, fazendo com que os bancos pudessem aplicar seus fundos nos títulos da dívida pública de taxas de juro elevadas.

Se por um lado o setor financeiro foi o grande favorecido pelas políticas de ajustamento e pela crise da dívida, a sociedade foi a grande perdedora neste contexto. Carvalho (1990, p. 70) afirma:

“A distribuição de renda é (...) afetada, à medida que, na ausência de controle de preços, o poder de reação de firmas a pressões inflacionárias é sempre superior ao dos trabalhadores. Estes estabelecem suas demandas a partir de suas expectativas de preços. Já para as firmas, os salários acordados são um dado a partir do qual sua política de preços é estabelecida”

Uma das grandes evidências dessa estagnação econômica aliada à degradação social é o surgimento do desemprego aberto, bem como o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

Antunes (2004, p.32) resume tudo isso que foi aqui exposto da seguinte forma:

“Pode-se dizer então que os problemas que afligiram a economia brasileira nos anos 80 podem ser demarcados em diversos níveis, todos correlacionados fortemente: a questão do bloqueio extra-econômico à centralização do capital que impedia o desenvolvimento financeiro pleno e a estruturação adequada do capital monopolista, pode ser colocada como a raiz do problema do desenvolvimento capitalista brasileiro, sendo a questão do desenvolvimento tecnológico também debitada em grande parte nesta conta. Este problema, associado aos desarranjos internacionais decorrentes do fim de Bretton Woods, levou ao endividamento externo que impôs uma longa e ainda não resolvida estagnação, resultante da crise e das políticas adotadas desde então. O resultado da crise e as exigências de seu ajustamento levaram à disparada da inflação, ao crescimento insopitável da dívida pública, à estagnação da capacidade produtiva e a um agravamento das questões sociais decorrentes destes problemas: aumento da concentração da renda, da pobreza e do desemprego.”

Dentre as muitas medidas e planos econômicos desenvolvidos para tentar combater a situação econômica precária do país, o Plano Cruzado destaca-se pelo combate à inflação

através do congelamento de preços e salários, em detrimento das mudanças estruturais que também se faziam necessárias. A princípio, o plano representou um bloqueio arbitrário dos benefícios propiciados pelos ajustes das empresas (BELLUZZO e ALMEIDA, 2002). Embora ele tenha sido eficaz no início, reduzindo o nível de inflação para algo em torno de 16,5% ao ano (em um contexto em que se esperava chegar aos 400% ao ano) e proporcionando um *boom* de consumo (devido ao abono salarial e à volta do crédito com juros baixos), ele logo se deparou com um dilema: com a economia voltando a crescer rapidamente, o ajustamento externo estava acabado, dada a pressão da demanda interna; se as importações fossem bloqueadas na tentativa de evitar a redução do saldo comercial, o desabastecimento apareceria e o ágio se tornaria generalizado, trazendo de volta a espiral de inflação-desvalorizações cambiais (ANTUNES, 2004).

Uma vez que os problemas estruturais brasileiros não foram resolvidos, isto é, não houve solução para a questão do financiamento do investimento e da renegociação da dívida externa, ao fim do Plano Cruzado pouca coisa tinha se alterado na economia brasileira – aliás, ocorreu um aprofundamento da crise. Embora existisse a idéia de alongar e limitar o pagamento dos serviços da dívida externa, da criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e da *holding* das estatais, não houve apoio político, evidenciando que os interesses da elite brasileira são contemplados pelo ajustamento e pela manutenção de juros elevados. Aliás, o ganho financeiro fácil nas costas do Estado Brasileiro era um movimento já crescente nos anos 1970 (ANTUNES, 2004).

Após o Plano Cruzado, medidas heterodoxas de combate à inflação e à crise brasileira (como o congelamento de preços) foram freqüentemente trazidas à tona novamente, mas com eficácia cada vez menor, como no caso do Plano Bresser e do Plano Verão. Em 1989 a inflação chegou a 1.782% ao ano – mas o saldo comercial cobriu as necessidades de pagamentos de juros – e a dívida pública interna atingia patamares cada vez mais elevados.

O início dos anos 1990 pode ser considerado uma continuação da década anterior, ou seja, havia a obrigação de gerar significativos superávits comerciais e de conviver com altas taxas de inflação e semi-estagnação. No entanto, a eleição de Fernando Collor marca o início da mudança do cenário econômico do país, ao engendrar reformas liberalizantes diferenciadas de tudo aquilo que havia sido posto em prática até então: “liberalização

comercial e financeira, privatizações, reforma do Estado com a sua conseqüente diminuição, entre outras políticas de clara orientação liberal” (Antunes, 2004). Como justificativa a essas reformas liberalizantes, o cenário internacional também foi marcado por uma nova expansão dos mercados financeiros. Esta confluência de interesses internos-externos resultou na aplicação do Consenso de Washington, que surgia como um receituário que acabaria com a desorganização das economias latino-americanas. Dessa forma, o Brasil se reinseriu no sistema financeiro internacional através das usualmente altas e atrativas taxas de juros.

Passando agora a análise para o Plano Real, pode-se dizer que as reformas constitucionais executadas por FHC foram a consolidação deste modelo neoliberal, sendo que a aparente e momentânea melhora da situação econômica do país escondia a regressão econômica e social que avançava ainda mais com o novo ciclo de endividamento externo (Antunes, 2004). A política de juros altos (que, aliás, já vinha sendo executada pelos governos anteriores) aliada à mudança no cenário internacional, permitiu a acumulação de reservas internacionais, indispensáveis para a estratégia de ancoragem cambial adotada pelo plano.

Como consequência do fim da inflação, o país entrou em um novo *boom* de consumo, financiado pelo grande volume de capital externo de curto prazo que adentrava o país, num momento de grande euforia com a estabilização. A abertura financeira, dessa forma, foi uma condição essencial para a mudança do cenário macroeconômico, ao possibilitar a entrada dos capitais que financiavam os déficits externos naquele momento de grande liquidez internacional.

“A implantação do Plano Real representou um marco na década pois ele marcou o fim da inflação ao mesmo tempo em que levou o país a um *boom* de consumo de bens supérfluos, financiado com um grande e novo endividamento externo. A avassaladora liquidez internacional que invadiu o país tornou possível o crescimento do déficit de Transações Correntes sem se dificultar o financiamento do Balanço de Pagamentos em oposição ao que ocorria até então. A estabilização dos preços, ainda que associada a taxas de juros relativamente elevadas, foi a detonadora do referido *boom* de consumo, que elevou um pouco as taxas de crescimento, mas não permitiu nenhuma reativação do investimento na economia brasileira nem tratou dos problemas estruturais do país. Mas os juros elevados, associados à valorização cambial e à elevada abertura comercial daquele momento, marcaram uma expansão do consumo que não encadeou efeitos

sobre o investimento na economia brasileira e desestruturaram o mercado de trabalho que ainda havia resistido às dificuldades dos anos 80” (ANTUNES, 2004).

A idéia que se propagava pela sociedade era a de que o país havia entrado definitivamente para o mundo moderno, civilizado, distante dos históricos problemas das economias atrasadas da América Latina. Oliveira (1995, p. 12) afirma que “após uma década de inflação, estagnação e impotência do Estado atolado em crise financeira, delineava-se então um plano que prometia não somente desenvolvimento econômico sem inflação, mas também justiça social com a eliminação de privilégios e cartórios”.

No entanto, a despeito da euforia inicial, a piora das contas externas era rápida e profunda; tanto o déficit comercial como o déficit da conta de serviços exigiam, cada vez mais, a entrada de capitais no país. Por isso, uma nova onda de internacionalização da economia foi levada adiante, através das privatizações e das fusões e aquisições (FeA). Sobre esse assunto, Antunes (2004, p. 45) nos diz que “o programa de privatizações do governo brasileiro fazia parte das políticas neoliberais em implementação e, com a deterioração das contas externas – resultado do aumento das importações e da própria internacionalização da economia –, passou a ser uma prioridade atrair recursos externos que as financiassem”. Mas tal fenômeno não levou à criação de novos ativos produtivos, que gerariam os efeitos desejáveis como empregos, introdução de novas tecnologias, externalidades à indústria como um todo, uma vez que o IED deixou a desejar já que o seu valor absoluto nesta modalidade na maior parte do tempo ficou abaixo dos US\$2 bilhões. A transferência de controle acionário foi o principal na sua composição ao longo do tempo, fosse para privatizações, fosse para fusões e aquisições.

Associada a todo esse processo de abertura comercial e financeira, a globalização produtiva fez com que a produção industrial brasileira fosse se concentrando em partes específicas do processo de transformação. Em termos globais, a crescentemente internacionalizada indústria localizada no Brasil passou por uma especialização regressiva em que a cesta de mercadorias produzidas e exportadas pelo país ficou marcada principalmente pelas *commodities* industriais, de baixo valor agregado (Coutinho, 1997). Dentro dessa lógica, o IED (que passa a ser direcionado à produção de partes, componentes ou apenas montagem dos produtos) se tornou um investimento sem grandes efeitos

encadeadores e multiplicadores para o local onde ele foi realizado (LAPLANE e SARTI, 1997).

A junção de tais determinantes externos – globalização produtiva – aos já expostos fatores internos à economia nacional foi extremamente destrutiva ao parque industrial brasileiro. A abertura comercial agressiva fez com que a indústria nacional, historicamente protegida, sofresse grande pressão competitiva, em um cenário de câmbio valorizado e juros internos elevados. Sendo assim, as medidas adotadas pelo Plano Real não só deixaram de resolver as questões mais profundas que o país enfrentava desde a década de 1970, como levaram a uma regressão industrial, internacionalização do parque produtivo e baixo crescimento. Além disso, a privatização das empresas estatais também não permitiu o surgimento dos conglomerados nacionais, uma vez que elas foram vendidas ao capital estrangeiro (que por sua natureza não se interessa em promover processos de monopolização do capital no exterior).

A partir de 1997, a situação econômica do Brasil complica-se ainda mais. Se o crescente déficit em transações correntes já era preocupante desde 1994 (quando o México entrou em crise), a mudança no cenário internacional, com a crise dos países asiáticos, torna a situação insustentável. A fuga de capitais de curto prazo para os países centrais é massiva e a única saída para conseguir atrair patamares mínimos de capital e deprimir ainda mais a economia é a elevação exorbitante da taxa de juros.

Em 1998, com a moratória da Rússia, é selado definitivamente o ciclo de endividamento da economia brasileira, pois “apesar de o ritmo de deterioração das transações correntes ter diminuído, seu valor absoluto era muito grande (US\$ 33.416 milhões) e o risco percebido se tornou muito elevado, tornando o novo salto dos juros praticamente inócuo” (Antunes, 2004). O acordo promovido com o FMI para evitar que o país decretasse uma moratória técnica serviu apenas para uma saída organizada dos capitais externos; a manutenção do câmbio valorizado tornou-se insustentável, o país não possuía mais divisas e a dependência de financiamento externo era crescente. A dívida pública interna explodiu, devido à sustentação prolongada de elevadas taxas de juros e à desvalorização cambial de 1999. Esta mudança no câmbio, aliás, não resolveu nenhum problema estrutural do país, mas marcou definitivamente a volta da necessidade do

superávit comercial. As crises da Ásia e da Rússia contribuíram para piorar o perfil da dívida, tornando-a pós-fixada ou indexada ao dólar.

De tudo o que foi dito até aqui, o que fica claro é que os juros foram o grande fator de continuidade entre as políticas de ajustamento dos anos 1980 até o Plano Real. O país nunca teve a possibilidade de reduzir os juros e desenvolver um projeto de crescimento econômico novamente. Mesmo quando o cenário externo era favorável, o Brasil sempre dependeu dos capitais internacionais e, conseqüentemente, do endividamento a juro alto para conseguir dar fôlego à economia. Sendo assim, a economia brasileira em 1999 volta a ter aspectos muito próximos àquilo que era antes do Plano Real. Antunes (2004, p.53) afirma:

“Vê-se, de todo o exposto, que a segunda metade dos anos 90, aparentemente, apresentou uma instabilidade diferente da dos anos 80 - início dos anos 90 já que esta era vinculada a um forte processo inflacionário. Mas uma análise mais detida do período como um todo e de suas múltiplas facetas mostra que o problema de fundo continuava sem solução a vista; ainda com o crescimento da dependência dos capitais externos. Destarte, o novo período de ajustamento iniciado com a desvalorização cambial de janeiro de 1999 foi e é marcado mais claramente por uma volta à situação da década de 80, só que agora ancorada num conjunto diferenciado de política econômica: os superávits primários, as metas de inflação e o câmbio flutuante – e, tal como na década de 80, patrocinado pelo Fundo Monetário Internacional.”

Dentro dessa nova lógica, as metas de inflação rígidas limitaram ainda mais o crescimento, visto que dada a dependência de fluxos externos, a instabilidade do câmbio tornou-se inescapável, gerando pressões inflacionárias e obstaculizando o crescimento do PIB mesmo em momentos de aquecimento econômico internacional (como será discutido nos capítulos seguintes, que abordarão essa realidade que se faz presente nos anos 2000). Além disso, tais medidas não levaram à emergência de nenhum agente que tomasse as rédeas do processo de monopolização do capital e fosse capaz de dar novo dinamismo à economia brasileira. Mais uma vez, os problemas históricos de nossa economia foram negligenciados.

A partir de 1999, a Balança Comercial começa a demonstrar reversão em seus valores. Neste primeiro momento, tal reversão se dá devido à repentina queda das importações, fruto do baixo crescimento e da desvalorização cambial. Nos anos seguintes,

essa mesma mudança no câmbio, aliada ao crescimento mundial liderado por China e EUA, determinarão a obtenção do saldo comercial brasileiro.

“(...) o câmbio é uma variável-chave aqui pois, como as exportações brasileiras são fundamentalmente *commodities* agrícolas ou industriais e produtos semi-acabados, ele tem um papel fundamental tanto para assegurar a rentabilidade dos produtores locais como para atrair demandantes, já que nestes mercados o preço é mais importante que em mercados especializados, com alto valor tecnológico, em que existem poucos produtores para as mercadorias desejadas” (ANTUNES, 2004).

Segundo Batista Jr. (1987) este período é mais complexo que os anos 1980, uma vez que a necessidade de superávits comerciais para pagar os serviços da dívida exige que o nível de atividade seja constantemente baixo, não ocorrendo nunca a recuperação da taxa de investimento da economia. O crescimento, ainda que baixo e de pouca duração, ocorre apenas quando a demanda internacional por produtos brasileiros – isto é, produtos agrícolas, de baixo valor agregado – aumenta. Ademais, o endividamento brasileiro será determinado pelo nível de liquidez dos mercados internacionais.

Quanto à inflação, os preços tornaram-se muito mais sensíveis ao câmbio e a única saída para manter a inflação dentro dos patamares estimados pelo regime de metas é a manutenção de taxas de juros elevadas.

“Isto porque somente com juros elevados é possível ao mesmo tempo coibir os aumentos de preços decorrentes das variações do câmbio – ao manter um cupom cambial elevado, a atração de capitais externos interessados na arbitragem possibilita a redução da instabilidade e a valorização cambial, o que só não funciona em momentos de crises de confiança – *pari passu* com a manutenção de um nível baixo de atividade que dificulta o repasse de aumentos de custos para os preços. Mas esta política de juros altos possui um custo muito elevado, que é o contínuo aumento do patamar dos pagamentos de juros” (ANTUNES, 2004)

Logo, para suavizar os efeitos causados pelo montante de juros a ser pago por essa economia, uma política fiscal voltada para a geração de superávits primários vultosos é indispensável para a manutenção de um equilíbrio mínimo dessa política econômica. A consequência da manutenção deste superávit é a necessidade de cortes do gasto público, tirando do Estado qualquer margem de manobra que pudesse relançar a economia num

ciclo de crescimento. Essa limitação do Estado, que seria preocupante em qualquer economia, é ainda mais crítica quando se olha a realidade histórica brasileira, de desenvolvimento capitalista tardio, em que o Estado sempre puxou o crescimento econômico, além de ser o único agente capaz de suportar os riscos de realizar grandes investimentos de longo prazo (MELLO e TAVARES, 1985).

“Chega-se, portanto, a uma situação em que a estagnação detonada pela crise da dívida externa de 1982 não vê perspectivas de solução ao longo dos últimos 25 anos, dado o arranjo que sustenta o precário equilíbrio externo e os direitos sobre uma enorme riqueza financeira sob a forma de títulos públicos. O mais grave desta situação é que os problemas vão se acumulando e a regressão econômica e social (...) se aprofunda ainda mais. Da 8ª economia do mundo e dos sonhos de grande potência, sobraram um economia em crescimento lento (...) e uma proliferação de problemas sociais associados a uma enorme dívida pública que não foi consequência de nenhum grande programa de investimentos nem de nenhuma ampliação dos benefícios sociais” (ANTUNES, 2004)

Em suma, o Brasil chega ao século XXI sem nunca ter resolvido os problemas estruturais que marcavam a economia desde o início de sua fase de industrialização, isto é, a incapacidade de monopolização de capital e a emergência de um agente que liderasse o processo de desenvolvimento de forma dinâmica. O endividamento e o pagamento de juros elevados são constantes desde a crise da dívida dos anos 1980, e ao final da década de 1990 voltam as necessidades de geração de superávits. Finalmente, a revolução tecnológica, baseada na microeletrônica, na reorganização de processos, que provocou profundas mudanças econômicas nos países centrais e permitiu uma inserção diferenciada a muitos países em desenvolvimento, não fora observado aqui. O parque industrial brasileiro regrediu muito, especializando-se em poucas etapas do processo produtivo, geralmente de baixo valor agregado (nos anos 2000 o país volta praticamente a ser um exportador de produtos agrícolas/primários). Por outro lado, a China vinha atravessando mudanças de ordem substancialmente distintas das aqui observadas.

## 1.2 O caso chinês

Desde 1979, liderada por Deng Xiaoping, a China executa uma estratégia de modernização e de transição econômica para uma economia de mercado comandada pelo

Estado. Essa postura levou a uma expansão econômica ímpar, fazendo da China o país de mais elevado e persistente crescimento econômico dos tempos modernos (Medeiros, 2008). Dado o seu tamanho e características estruturais, a permanência de altas taxas de crescimento vem pondo em movimento diversas transformações econômicas e sociais que, se persistirem, projetam novos processos de crescimento e novas transformações na divisão internacional do trabalho. Por exemplo, a China é um dos principais responsáveis pelo crescimento das exportações brasileiras nesta década, além de ter contribuído para a decisão feita aqui de inserir no comércio internacional via agronegócios, em detrimento de um projeto de desenvolvimento industrial. Aliás, devido a sua gigantesca demanda por insumos e matérias-primas, pela primeira vez na história o preço das *commodities* dispararam, enquanto o dos produtos industrializados (que ela, em boa parte, produz) caía sensivelmente.

O objetivo básico e ideológico desta estratégia é o de elevar o status internacional da China como potência econômica e política capaz de influenciar, ao invés de apenas responder aos desafios impostos pelo sistema internacional. Tal objetivo gera o que poderia ser descrito um “dilema de segurança” que se antepõe a qualquer potência em ascensão: a construção de estratégias de segurança desperta potencial retaliação do poder militar estabelecido (no caso os EUA); a não construção destas estratégias aumenta a possibilidade da retaliação (Goldstein, 2001). De qualquer forma, a economia chinesa vem crescendo muito, e as teorias sobre a origem deste processo são as mais diversas possíveis. A interpretação adotada neste trabalho é descrita por Biancareli (2005, p. 2), da seguinte forma:

“Um ponto de vista alternativo, entre outros aspectos, atribuiria o ritmo acelerado das últimas décadas a uma outra combinação de fatores: atração e direcionamento de investimentos estrangeiros com importação de tecnologia, relativo equilíbrio entre as fontes interna e externa de demanda, e suporte dado pela política econômica (condições monetárias favoráveis aos investimentos, taxa de câmbio competitiva e estável). Também não poderiam ser deixados de lado os aspectos geopolíticos que marcam o início desta ascensão – a estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS e o fechamento do mercado central para o Japão, ambos na segunda metade dos anos 1980 – nem a complexa tarefa (de afirmação da soberania sobre o território e integração da imensa população) encampada pelas autoridades locais e que depende de altas taxas de dinamismo e modernização industrial. E, em outro plano de

análise, se é possível falar em lições do sucesso chinês para as economias em desenvolvimento (ou em um “Consenso de Pequim”), elas certamente estariam vinculadas à necessidade de controlar as mudanças (seja através da alta prioridade dada à inovação, seja pela busca de um crescimento equilibrado e sustentado), e à necessidade de autodeterminação e escolha dos próprios caminhos, ao invés das receitas prontas.”

Sendo assim, tal qual apontado por Medeiros (2008, p.2) os principais desafios que a economia chinesa enfrentou ao longo de todos esses anos de reformas e mudanças estruturais – e que ainda se fizeram presentes ao longo deste início de século, como se mostrará nos capítulos seguintes – foram: manutenção do crescimento econômico e deslocamento da estrutura produtiva na direção de setores intensivos em ciência e tecnologia; redução das assimetrias sociais e regionais, evitando o crescimento das contestações internas e mantendo a unidade do Partido Comunista Chinês (PCC); expansão da influência econômica e política da China no Sudeste Asiático; garantia da expansão de fontes de suprimento de energia e matérias-primas; e modernização das forças armadas, dissuasão do projeto de autonomia de Taiwan e contenção das estratégias americanas de isolar e conter a China.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o desempenho chinês sempre esteve ligado às formas de acesso às matérias-primas, à evolução dos custos salariais, à produtividade e às fontes de demanda de seu crescimento econômico. É inegável que a expansão das exportações chinesas, que juntamente com a grande massa de investimentos vêm puxando o crescimento econômico, baseou-se, em boa medida, em suas vantagens de custos na produção de bens industriais de baixo valor unitário, sendo que o custo do trabalho expresso em dólares constituiu um fator estratégico (Medeiros, 2008). No entanto, desde a crise asiática de 1997, a estabilidade nominal da moeda chinesa levou a uma elevação relativa dos salários chineses frente os competidores asiáticos que tiveram suas moedas depreciadas (Medeiros, 2006). Tal alteração, porém, não resultou em perda de competitividade das exportações chinesas, mesmo em um contexto de aumento de custo de vida e pressões sobre o mercado de trabalho. Isso porque o custo da mão-de-obra no total dos custos de uma grande empresa de alta tecnologia, em que há elevado nível de automação, é relativamente pequeno. Além disso, o dinamismo interno e a sofisticação do parque industrial (infra-estrutura, logística) compensam esse aumento do custo do trabalho.

No que diz respeito às políticas de desenvolvimento, o governo chinês realizou profundos esforços tecnológicos em sua política industrial e de PeD voltada tanto para uso civis quanto para militares. Justamente por isso, a China conseguiu desenvolver um impressionante sistema de inovações tecnológicas, semelhante ao dos países mais avançados, embora a sua renda per capita ainda esteja muito distante destes. Essas políticas de fomento ao processo de inovação vieram aliadas a um projeto de investimento massivo no ensino superior, resultando numa rápida qualificação da força de trabalho, que gerou uma infinidade de engenheiros e trabalhadores qualificados na sociedade. Wilensky (2002), inclusive, aponta que a massificação do ensino superior é um dos pontos de convergência pelos quais todo país que busca desenvolver-se (e desenvolvimento, aqui, é compreendido em seu sentido mais amplo, incluindo aspectos sociais, econômicos, políticos e das liberdades individuais) dificilmente poderá escapar. Sendo assim, a China já deu um passo importante nessa direção.

A parceria com as empresas de alta tecnologia estrangeiras também foi fundamental para superar o problema do atraso tecnológico. As *joint ventures* firmadas entre essas empresas e as estatais chinesas – que, a princípio, é a única maneira de empresas estrangeiras entrarem na China – exigem que as empresas entrantes realizem a transferência tecnológica, possibilitando ao Estado copiar a tecnologia, o produto e até mesmo montar empresas concorrentes a partir desse “aprendizado”. Apesar desses riscos e do marco regulatório não ser muito claro, as empresas estrangeiras se esforçam para entrar neste mercado, uma vez que ele é muito dinâmico, está em pleno crescimento há anos, apresenta exuberante infra-estrutura e logística (com especial ênfase para a produção voltada para exportação), além dos já citados baixos custos de mão-de-obra e produção.

Embora as exportações e os investimentos tenham se constituído as principais fontes de crescimento do PIB chinês desde os anos 1990, o consumo das famílias não acompanhou o mesmo ritmo. A maior parte do crédito e do investimento estatal tiveram destinação específica, como os gastos com infra-estrutura e o fomento das indústrias de ponta. Diferentemente do caso brasileiro, nunca houve na China um *boom* de consumo durante todo esse período de alto crescimento, que poderia gerar déficits ou causar pressões inflacionárias. Ainda hoje, o financiamento de bens de consumo duráveis (como automóveis) é algo incipiente e que aos poucos vai se estabelecendo.

Esse controle e direcionamento do crédito só são possíveis porque o Estado chinês possui o controle estrito das variáveis macroeconômicas mais relevantes, como o crédito, a política monetária, a política cambial e fiscal. Os bancos estatais, que regulam o fornecimento do crédito em larga escala, têm total domínio do mercado, mesmo após a entrada de alguns bancos internacionais, como o Citibank e o HSBC. Por exemplo, o controle dessas variáveis é o que permite que o país cresça a taxas muito expressivas, e mantenha a inflação próxima a zero. Mesmo havendo muita dívida “podre” nessa economia (isto é, créditos que nunca serão recebidos), isso não chega a ser algo alarmante, uma vez que tanto o credor quanto o devedor é o próprio Estado chinês e o crédito podre pode virar dívida pública – em um contexto com perspectiva de grande crescimento no longo prazo e baixo nível de endividamento.

“A forte expansão dos investimentos públicos e privados na China desde o final dos anos 90 resultou numa extraordinária participação destes no PIB. A desaceleração inicial das exportações que se seguiu após a crise asiática de 1997 foi mais do que compensada pelos investimentos públicos tanto para a infra-estrutura urbana quanto para a expansão dos projetos privados voltados para o mercado interno chinês. A despeito da menor expansão do consumo, o aumento simultâneo dos investimentos e das exportações levou, como observado, a uma redução relativa do excedente de mão de obra e aumento do salário real urbano residente. Isto se deu num contexto de provisão de novas e melhores residências urbanas e de redução da pobreza. A queda da pobreza, segundo as estimativas usuais, e a mobilização social ascendente foram dois dos processos sociais de maior expressão nas últimas décadas” (MEDEIROS, 2008)

Voltando agora a análise para o câmbio, é possível afirmar que ele, dentro de um contexto de exuberante crescimento do produto, foi um dos grandes facilitadores para a China tornar-se a maior base de exportação para os EUA. Se por um lado ele estava valorizado em relação aos países asiáticos após a crise de 1997, o yuan continuou relativamente desvalorizado frente ao dólar e ao euro, contribuindo para a expansão do seu saldo comercial bilateral (e, na verdade, global). A grande participação das empresas americanas transnacionais neste saldo inibe o governo americano a tomar qualquer medida de retaliação comercial unilateral (Medeiros, 2008). Quanto aos demais países asiáticos e em desenvolvimento (com especial destaque para o Brasil), a China transformou-se num importante mercado exportador, demandando insumos, matérias-primas (como é o caso

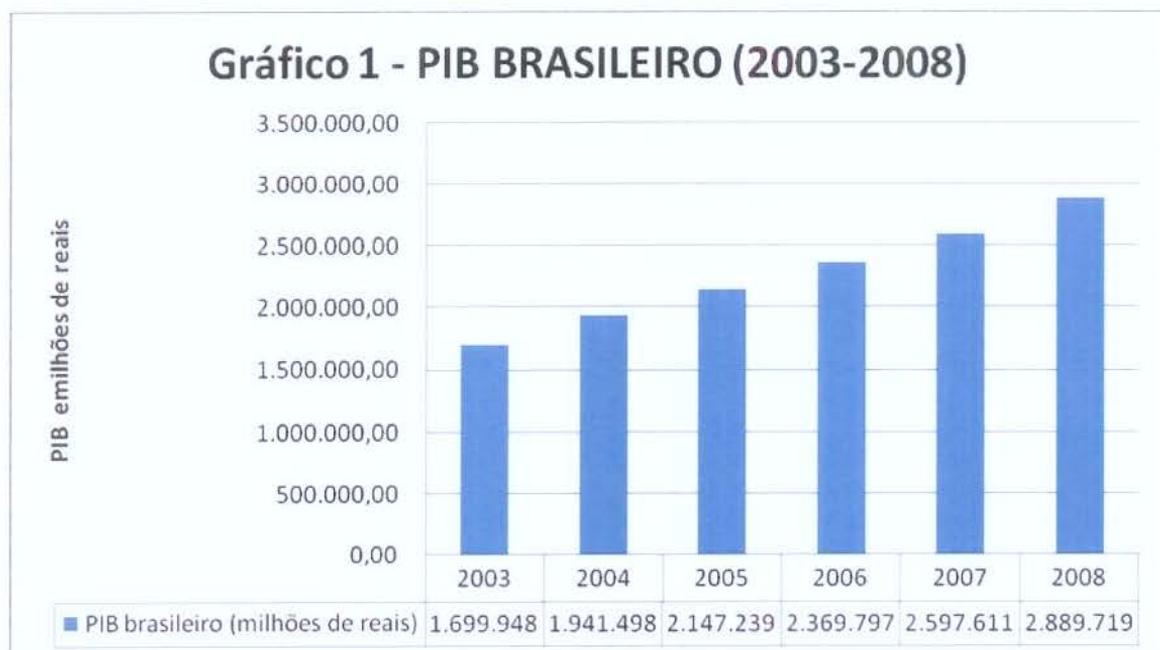
brasileiro), máquinas, equipamentos e produtos de alta tecnologia (sobretudo Japão, Coréia do Sul e Taiwan).

Um outro desafio que foi se conformando ao longo dos anos 1990 na China foi o da superação da deficiência energética. A industrialização pesada, intensiva em energia, na sua estrutura produtiva expandiu-se muito e o país que, historicamente, era auto-suficiente em petróleo, passou a ser um grande importador. Além disso, a rápida urbanização, a expansão da renda *per capita* e a difusão do automóvel também foram fatores que contribuíram para este processo. O governo chinês tem buscado realizar negociações estratégicas para suprir essa deficiência, como, por exemplo, através da expansão do fluxo de comércio com a Rússia – esta fornece armas e petróleo, enquanto a China exporta computadores e produtos eletrônicos. Tal preocupação rondou a economia chinesa em todos os anos desta primeira década do século XXI.

Em suma, o crescimento chinês desde o final da década de 1970 até o início do novo milênio deveu-se a uma combinação muito particular de uma série de fatores, como atração e direcionamento de investimentos estrangeiros com importação de tecnologia, condições monetárias favoráveis aos investimentos, taxa de câmbio competitiva e estável, infraestrutura coerente ao projeto de nação que se desenvolvia, etc. No entanto, como já foi dito, nada disso seria viabilizado se o Estado chinês não detivesse o poder sobre variáveis macroeconômicas tão importantes. Em última instância, ele é o grande responsável pelo crescimento desse país, uma vez que foi ele quem deu a dinâmica do mercado interno. As exportações, por si só, não seriam capaz de sustentar tamanho crescimento (teriam que ser sempre crescentes), embora tenham executado um importante papel ao longo de todos esses anos.

## Capítulo 2 – O padrão de crescimento brasileiro (2003 – 2008)

Iniciando a análise do período objeto de estudo deste trabalho, vemos que este é marcado pelo constante crescimento do PIB brasileiro (Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – valores correntes de setembro de 2009), não ocorrendo estagnações ou retrações.



Fonte: IBGE

Portanto, tal qual já foi dito desde o início deste estudo, o país acompanhou a tendência mundial de crescimento do produto, e a taxa de crescimento deste também se manteve positiva (Gráfico 2 – taxa de crescimento do PIB acumulado, com relação ao anterior). O que será tratado a partir daqui serão os fatores e os determinantes deste padrão de crescimento que, se por um lado foi constante, por outro é inegável que ficou muito aquém do observado nos demais países em desenvolvimento.

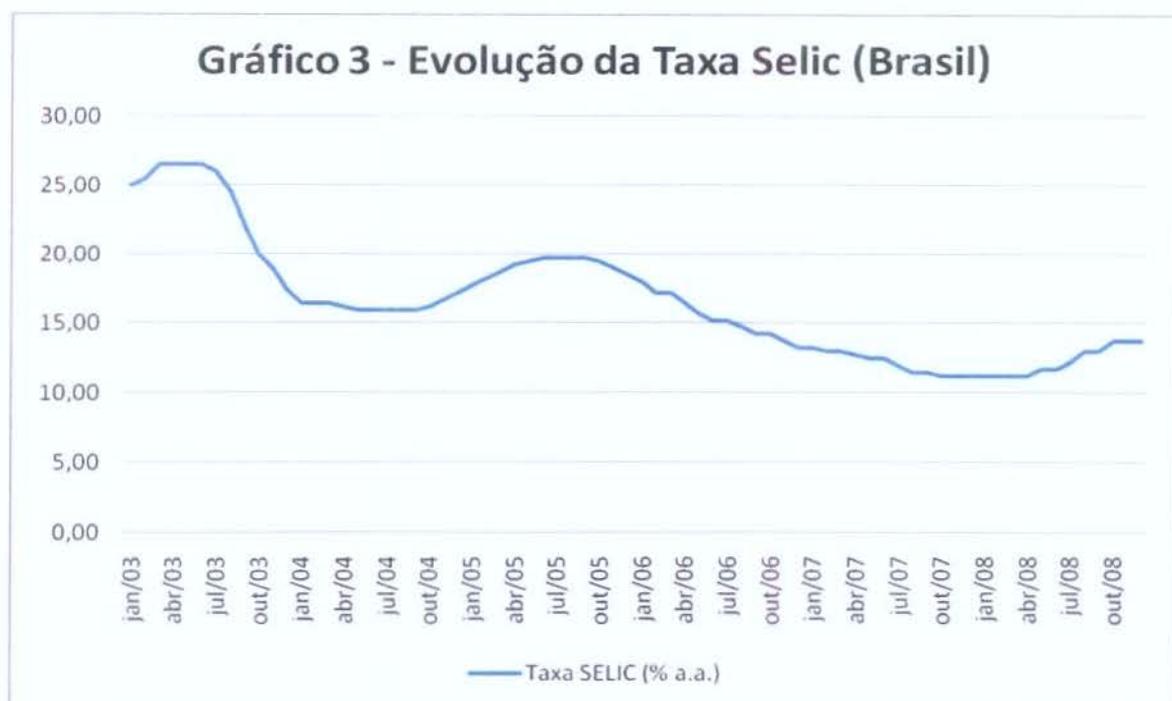
Primeiramente, é preciso dedicar especial atenção à taxa de juros observada no período em questão. Neste trabalho, vamos nos atentar especificamente à taxa SELIC, que baliza as demais taxas praticadas no mercado, e é utilizada como referência pela política monetária. Esta taxa é usada para operações de curtíssimo prazo entre os bancos, que, quando querem tomar recursos emprestados de outros bancos por um dia, oferecem títulos

públicos como lastro (garantia), visando reduzir o risco, e, conseqüentemente, a remuneração da transação (juros). É uma vez que esta é a principal taxa de referência pela qual os bancos tomam recursos emprestados, ela tem o poder de influenciar o nível de juro das demais operações de crédito no mercado financeiro, seja no atacado ou no varejo.



Fonte: IBGE

Atentando cuidadosamente ao caso brasileiro, vê-se que a taxa básica de juros no período foi predominante decrescente, embora sempre tenha figurado entre as mais elevadas no mundo (Gráfico 3 – Evolução da Taxa SELIC). Ela é determinada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) como uma meta, e cabe à mesa de operações do mercado aberto do Banco Central manter a taxa diária próxima a esta meta.



Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa SELIC ganhou especial evidência no Brasil porque ela não se limitou ao seu papel de componente fundamental de política monetária, mas ganhou destaque como principal elemento de política econômica em um contexto mais amplo em que as Metas para a Inflação tornaram-se praticamente as únicas variáveis estipuladas pelo governo brasileiro de maneira planejada e organizada. Em outras palavras, desde a crise do final dos anos 1990 as metas rígidas de inflação assumiram um papel central no planejamento econômico do governo brasileiro *pari passu* ao abandono de medidas e políticas que poderiam contemplar outras variáveis macroeconômicas, como emprego, renda, produção industrial, etc. A tabela 1 mostra a evolução das metas de inflação no país no período de 2003 a 2008.

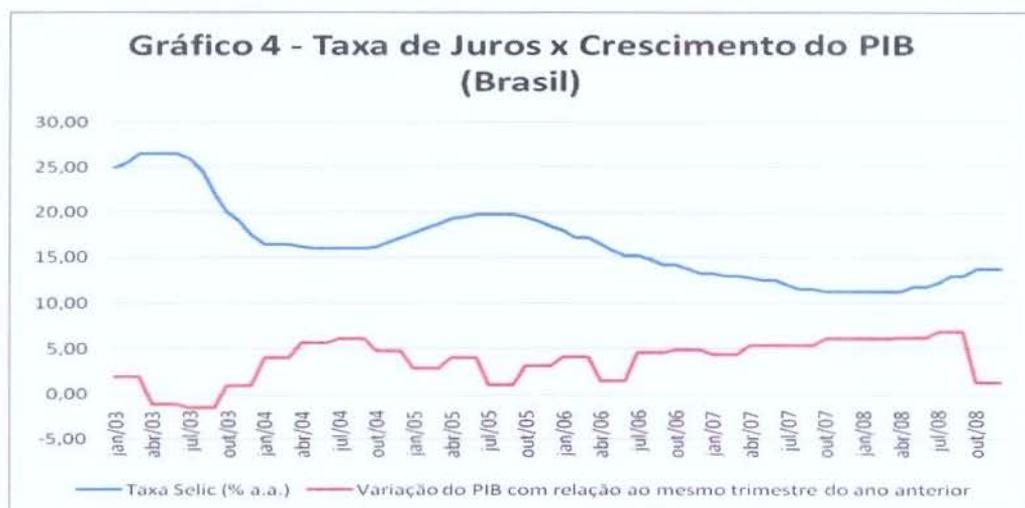
Esses números, em um primeiro momento, podem parecer razoáveis para um país em desenvolvimento que possui um passado com histórico de inflação alta. Sendo assim, para que não ocorram remarcações de preços, sempre que os valores sobem acima do estabelecido, o Banco Central utiliza o seu principal instrumento, a taxa de juro, para diminuir o dinheiro em circulação, conter a expansão do crédito e, assim, evitar que a espiral inflacionária desperte.

Tabela 1 - Histórico de Metas para a Inflação no Brasil

Ano	Norma	Data	Meta (%)	Banda (p.p)	Limites Inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2003	Resolução 2.842	28/6/2001	3,25	2,00	1,25 - 5,25	9,3
	Resolução 2.972	27/6/2002	4,00	2,50	1,5 - 6,5	9,3
2004	Resolução 2.972	27/6/2002	3,75	2,50	1,25 - 6,25	7,6
	Resolução 3.108	25/6/2003	5,50	2,50	3,0 - 8,0	7,6
2005	Resolução 3.108	25/6/2003	4,50	2,50	2,0 - 7,0	5,69
2006	Resolução 3.210	30/6/2004	4,50	2,00	2,5 - 6,5	3,14
2007	Resolução 3.291	23/6/2005	4,50	2,00	2,5 - 6,5	4,46
2008	Resolução 3.378	29/6/2006	4,50	2,00	2,5 - 6,5	5,9

Fonte: Banco Central do Brasil

No entanto, essa relação estreita entre metas de inflação rígidas e taxas de juro altas têm um efeito perverso para o crescimento do PIB, do emprego e da renda como um todo. A manutenção de patamares tão altos de juros tira o dinamismo da economia, uma vez que restringe um dos principais responsáveis pelo crescimento econômico: o crédito. A redução da Selic dá ânimo à economia e estimula o crescimento. O efeito é exatamente o inverso daquele obtido pelo aumento da taxa de juros: o sistema de crédito cresce, o volume de dinheiro em circulação aumenta e as pessoas consomem mais. Dessa forma, é possível estabelecer uma relação inversa estreita entre taxa de juros e crescimento econômico.



Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Como é possível visualizar no Gráfico 4, que exibe a evolução da Taxa SELIC (%a.a.) *versus* a variação do PIB com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, reduções na taxa de juros levam ao crescimento do produto e vice-versa. Tal relação é a mais perceptível na economia nacional no período em estudo, uma vez que quase não existe no país políticas de crescimento econômico, industrial ou de geração de emprego. Como será demonstrado logo adiante, não houve a adoção de outras medidas governamentais que pudessem trazer consequências reais na economia. As variáveis que, de maneira interligada, evidenciam de maneira inequívoca o padrão de crescimento no país são justamente estas: metas para inflação e taxa de juro. As demais variáveis, como câmbio, saldo comercial ou crescimento industrial, podem ser compreendidas como oscilações diante do cenário internacional, não sendo possível encontrar relação direta com qualquer programa de ação determinado pelo governo. E como o cenário internacional foi favorável no período, o país apresentou um crescimento constante, embora não muito expressivo e sem direcionamento.

Além disso, o esforço necessário para o pagamento da dívida pública crescente, e que tem esse caráter devido ao juro alto que pesa sobre ela, também pune severamente a economia brasileira. As necessidades de superávit primário – que pode ser definido como o saldo positivo das contas do governo, excluindo a rubrica *juro* – se traduzem em uma série de medidas que também contribuem para a manutenção de baixos índices de crescimento, como o corte nos gastos públicos (que tem participação decisiva no dinamismo chinês), nos salários, nos gastos previdenciários, aumento de impostos. A adoção de muitas dessas medidas foi percebida no período, como forma de sinalizar ao mercado que o país estava entrando definitivamente para o “mundo desenvolvido”, capaz de honrar seus compromissos e saldar suas dívidas, sustentável no longo prazo, negligenciando a oportunidade de crescimento diante de um cenário global muito favorável.

Passando agora a análise aos componentes do PIB e de que forma eles evoluíram ao longo do período, vemos pela Tabela 2 que praticamente todas as classes de atividade se expandiram ao longo do período.

Tabela 2 - Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB (Brasil)

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agropecuária	108.619	115.194	105.163	111.229	133.015	163.536
Indústria	409.504	501.771	539.283	585.602	623.721	682.497
Serviços	952.491	1.049.293	1.197.807	1.337.903	1.466.783	1.595.021
Valor adicionado	1.470.614	1.666.258	1.842.253	2.034.734	2.223.519	2.441.054
Impostos líquidos sobre produtos	229.334	275.240	304.986	335.063	374.092	448.665
PIB pm	1.699.948	1.941.498	2.147.239	2.369.797	2.597.611	2.889.719
Despesa de consumo das famílias	1.052.759	1.160.611	1.294.230	1.428.906	1.579.616	1.753.414
Despesa de consumo da administração pública	329.596	373.284	427.553	474.773	517.287	584.408
Formação bruta de capital fixo	259.714	312.516	342.237	389.328	455.213	548.757
Variação de estoques	8.381	19.817	5.739	8.012	5.459	(-) 1.690
Exportação de bens e serviços	254.770	318.892	324.842	340.457	355.399	414.257
Importação de bens e serviços (-)	205.272	243.622	247.362	271.679	315.362	409.427

Fonte: IBGE

Apesar do crescimento generalizado das classes de atividade no Brasil, ainda é necessário esmiuçar a composição do PIB para melhor compreender a dinâmica desses setores de atividade ao longo do período (Tabela 3).

Tabela 3 - Componentes da demanda no PIB - 2003/2008 (Brasil)

Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Consumo das Famílias	61,90	59,80	60,30	60,30	60,80	60,70
Consumo da Administração Pública	19,40	19,20	19,90	20,00	19,90	20,20
FBCF + Variação de Estoques	15,80	17,10	16,20	16,80	17,70	18,90
Exportação de Bens e Serviços	15,00	16,40	15,10	14,40	13,70	14,30
Importação de Bens e Serviços	-12,08	-12,55	-11,52	-11,46	-12,14	-14,17
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE

O primeiro ponto a ser destacado desses dados é que não houve nenhuma mudança de maior expressão da composição do produto. Como já foi destacado várias vezes ao longo deste trabalho, trata-se de um período de grande crescimento internacional e nenhuma mudança de política econômica significativa. No entanto, alguns comentários podem ser elaborados.

O primeiro deles é o aumento da taxa de investimento da economia, isto é, a formação bruta de capital fixo, que pode ser entendido como o acréscimo ao estoque de

bens duráveis destinados ao uso das unidades produtivas, realizados em cada ano, visando ao aumento da capacidade produtiva de uma economia. Existe uma relação direta entre o nível de investimentos e o ritmo de crescimento de um país que pode ser compreendida até mesmo de forma intuitiva: é só com o aumento da capacidade produtiva (mais fábricas, mais geração de energia, mais empregos) que se consegue obter um aumento sustentável na renda de um país. Embora os níveis brasileiros ainda sejam muito modestos quando comparados a outras economias em expansão internacional (sobretudo com relação à China, como será exposto mais adiante), a sua expansão é um dos fatores internos que ajudam a explicar o crescimento no PIB observado (aumenta de 15,80% do PIB em 2003, para 18,90% em 2008). O Gráfico 5 mostra a evolução da taxa de investimento na economia.

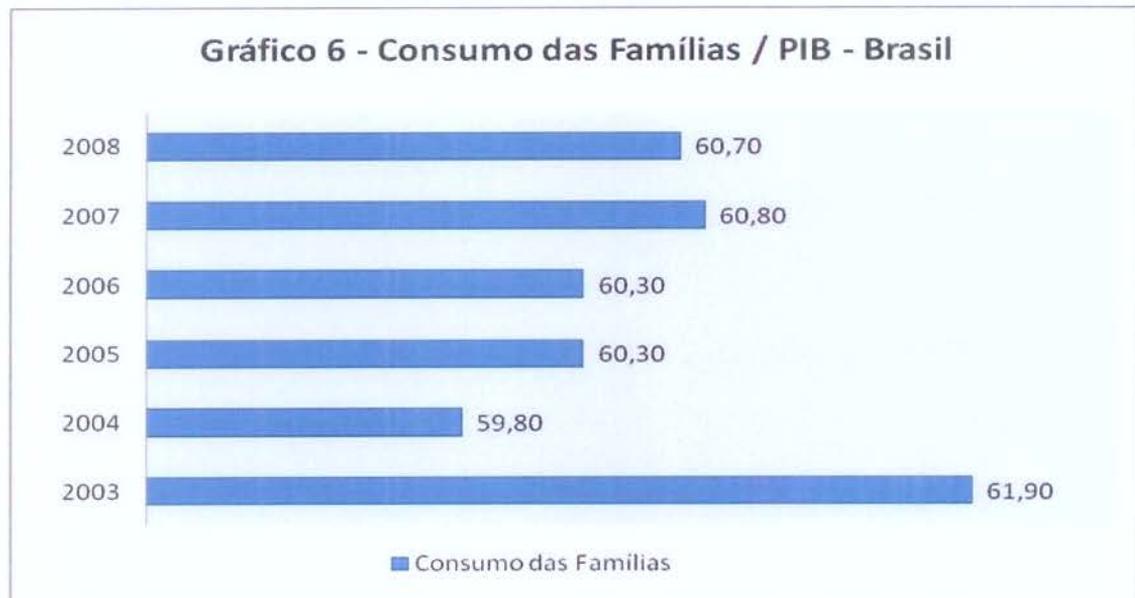


Fonte: IBGE

Há uma relação dinâmica entre a taxa de investimento, das taxas de juro observadas no mercado e o crescimento do PIB. Comparando os dados dos Gráficos 3 e 5, é possível constatar que o ano de 2003, que teve o maior nível médio de juro, foi também o que teve a menor taxa de investimento e menor crescimento do PIB. Já o período de 2007/2008, que teve menores taxas de juros, foi acompanhado de maior nível de crescimento e de formação bruta de capital fixo (embora a crise internacional tenha afetado o final deste período). Para

que o nível de crescimento do produto fosse mais expressivo, seria imprescindível que a taxa de investimento fosse também mais elevada, assim como as variáveis que a influenciam também fossem alteradas (como o caso do juro). No entanto, tais alterações da composição do PIB necessitariam de políticas governamentais voltadas para este fim (fato que não ocorreu), e essas pequenas variações positivas podem ser atribuídas ao panorama geral favorável e ao mercado interno aquecido.

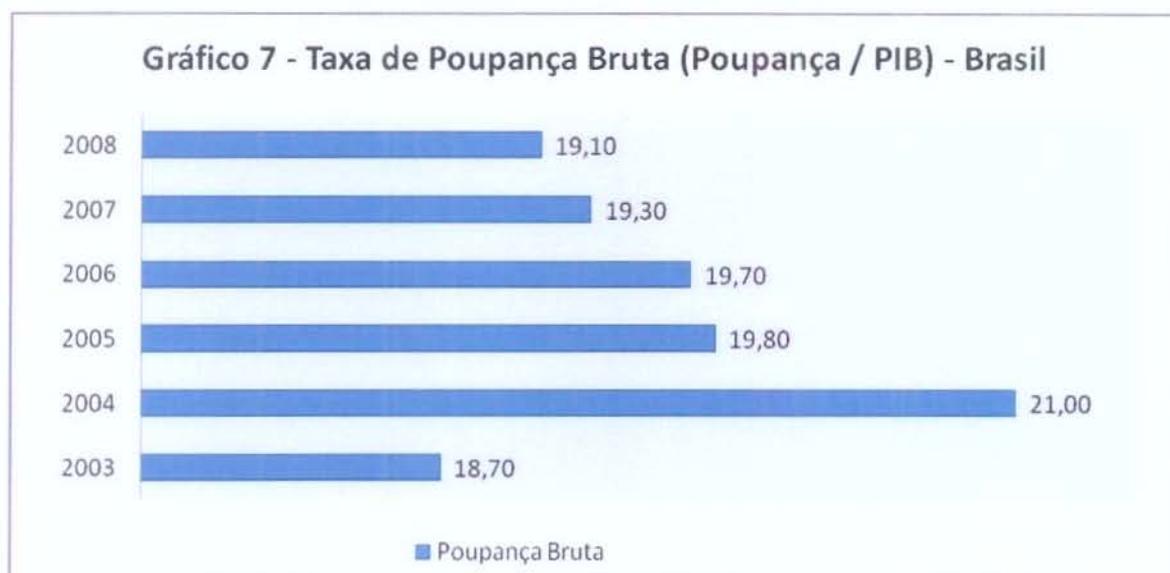
Outro ponto interessante a se destacar é o alto nível de consumo das famílias no Brasil. Esses dados devem-se, sobretudo, a 2 fatores: primeiro, à baixa renda *per capita* no país (quanto mais pobre uma economia, maior a tendência de direcionar seus gastos com consumo, subsistência); em segundo lugar, às facilidades de acesso ao crédito para consumo que dinamizam essa tendência, em contraposição à ausência de uma política efetiva de direcionamento de crédito para investimento. No período em estudo, houve uma pequena redução do consumo das famílias – cai de 61,90% do PIB em 2003, para 60,70% em 2008 (Gráfico 6).



Fonte: IBGE

Finalmente, cabe dizer que o consumo da administração pública no Brasil teve uma pequena elevação – de 19,40% do PIB em 2003 para 20,20% em 2008 – assim como a taxa

de poupança bruta (parcela da renda disponível bruta que não é gasta em consumo final), como apontado no Gráfico 7.



Fonte: IBGE

Voltando a atenção deste estudo para a participação percentual das classes e respectivas atividades no valor adicionado a preços básicos, não é possível notar nenhuma grande alteração na composição do valor adicionado total. O setor de serviços possui maior participação ao longo de todo o período (aumentando inclusive seu percentual de 64,80% em 2003 para 65,30% em 2008). A variação da indústria foi pequena com relação ao total, aumentando sua participação em apenas 0,20% entre o início e o fim do período, assim como também foi pequena a redução da participação da agropecuária, como mostra a tabela 4.

O grande destaque desses dados é a participação acanhada da indústria na composição total do valor adicionado, embora tenha sido ligeiramente crescente no período. É possível afirmar que, em um contexto externo tão favorável, o país poderia ter desenvolvido políticas de desenvolvimento industrial mais arrojadas. Ao contrário, o país acompanhou apenas de longe a tendência de crescimento mundial, sem provocar mudanças estruturais que permitiriam uma inserção mais dinâmica no cenário internacional. O setor de atividade de maior peso em todo o período foi o comércio, setor que, por suas

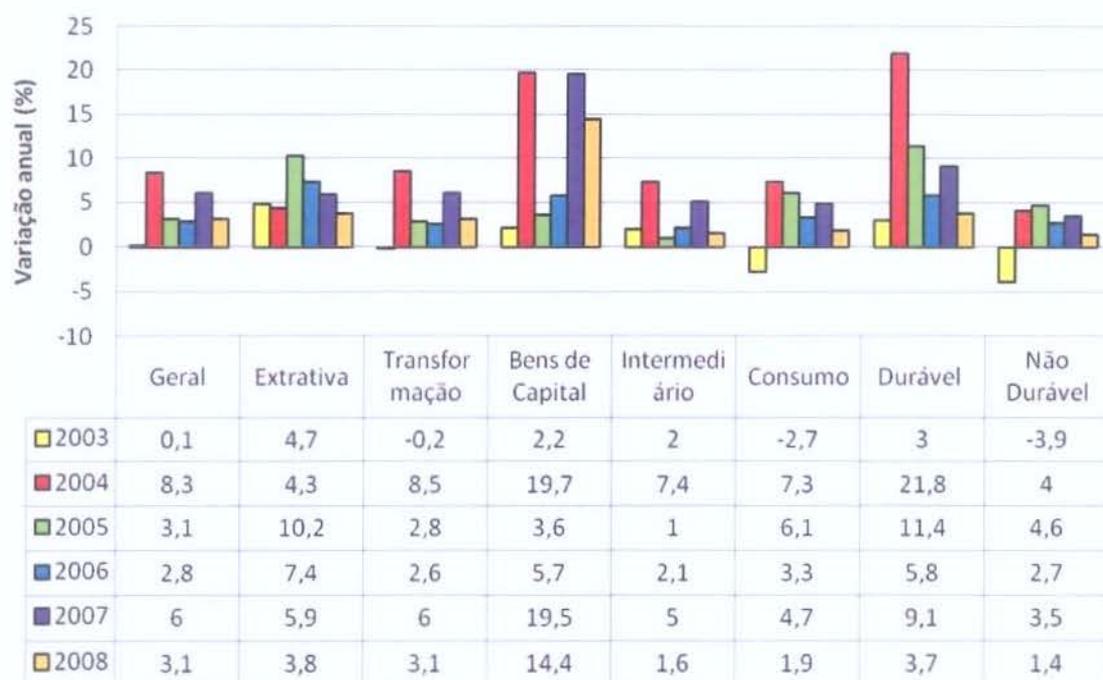
características naturais, é muito ramificado, composto de empresas pequenas, de difícil fiscalização, e que, portanto, não podem oferecer as mesmas garantias, remunerações e estabilidade de um mercado de trabalho baseado no emprego industrial (embora o termo “comércio” também englobe empresas de grande porte, com boas oportunidades de ascensão profissional).

Tabela 4 - Participação percentual das classes e respectivas atividades no valor adicionado a preços básicos - 2003/2008 (Brasil)						
Especificação	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Agropecuária</b>	<b>7,40</b>	<b>6,90</b>	<b>5,70</b>	<b>5,50</b>	<b>6,00</b>	<b>6,70</b>
<b>Indústria</b>	<b>27,80</b>	<b>30,10</b>	<b>29,30</b>	<b>28,80</b>	<b>28,10</b>	<b>28,00</b>
Extrativa Mineral	1,70	1,90	2,50	2,90	2,20	3,60
Transformação	18,00	19,20	18,10	17,40	17,40	16,00
Construção Civil	4,70	5,10	4,90	4,70	4,80	5,10
Prod. e Dist. de eletricidade, gás e água	3,40	3,90	3,80	3,80	3,60	3,20
<b>Serviços</b>	<b>64,80</b>	<b>63,00</b>	<b>65,00</b>	<b>65,80</b>	<b>66,00</b>	<b>65,30</b>
Comércio	11,50	11,90	12,10	12,40	11,60	12,20
Transporte, armazenagem e correios	4,70	4,70	5,00	4,80	5,20	5,50
Serviços de informação	3,60	3,80	4,00	3,80	3,50	3,60
Intermed. Financ. Prev. Complem. E serv.	7,10	5,80	7,10	7,20	7,80	6,70
Outros Serviços	13,10	12,90	12,90	13,60	14,10	13,50
Ativ. Imobiliárias e aluguel	9,60	9,10	9,00	8,70	8,70	8,60
Adm. Saúde e educação públicas	15,10	14,70	15,00	15,30	15,00	15,20
<b>Valor adicionado a preços básicos</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Impostos sobre produtos	15,60	16,50	16,60	16,50	16,80	18,40
<b>PIB a preços de Mercado</b>	<b>115,60</b>	<b>116,50</b>	<b>116,60</b>	<b>116,50</b>	<b>116,80</b>	<b>118,40</b>

Fonte: IBGE

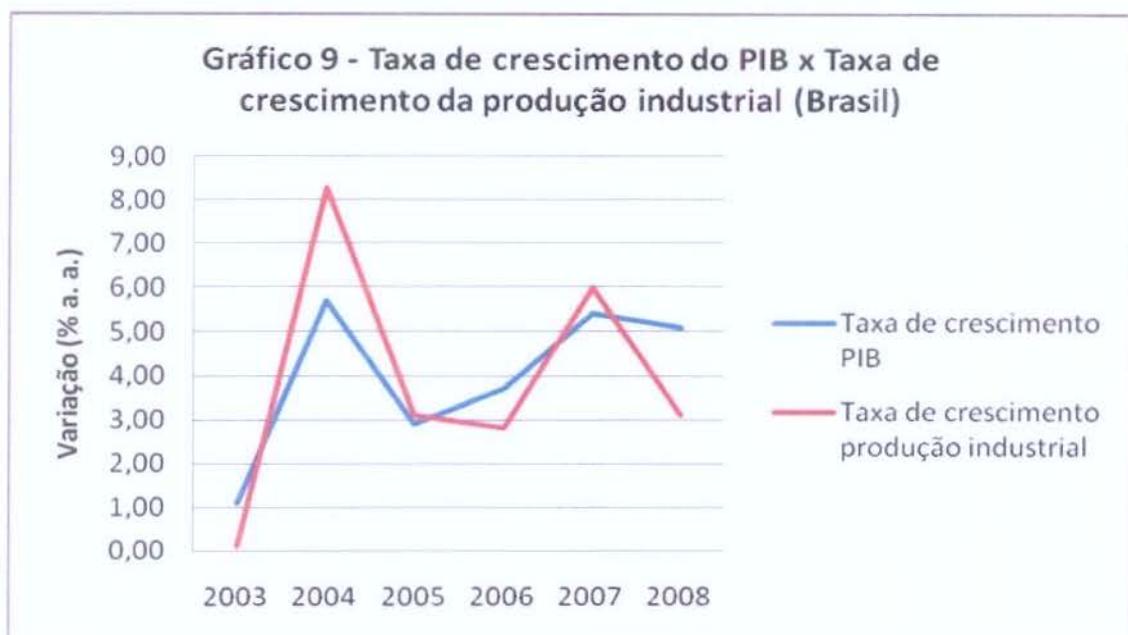
Ainda sobre a indústria, cabe dizer que, em todo o período estudado, a produção industrial foi crescente (Gráfico 8), tendo seu pior índice de crescimento em 2003 (apenas 0,1%) e alcançando o ápice já no ano seguinte, com uma expansão de 8,3%. Os setores de maiores destaques foram o de Bens de Consumo Durável e o de Bens de Capital (o que corrobora com a afirmação anterior de que a formação bruta de capital fixo aumentou no período).

### Gráfico 8 - Produção Industrial - Variações Anuais (%) - Brasil



Fonte: IBGE

Apesar das taxas de crescimento mais expressivas terem ocorrido em dois setores de grande importância na indústria, o desempenho dos demais setores não acompanhou tal movimento, tornando a produção industrial incapaz de alavancar o processo de expansão do PIB. Além disso, tanto o peso da indústria quanto o da formação bruta de capital fixo ainda não são muito expressivos no Brasil, fazendo com que apenas uma grande mudança nesses patamares tivesse reflexo no produto final. E, mais uma vez, é válido ressaltar que, para que isso se concretizasse, seria necessário um planejamento e esforço do governo brasileiro nesse sentido, fato que não ocorreu no período observado. Dessa forma, a produção industrial apresenta oscilações próximas às do PIB (Gráfico 9), evidenciando que ela apenas responde às demandas de mercado.



Fonte: IBGE

A taxa de desemprego<sup>1</sup>, por sua vez, foi claramente decrescente (Gráfico 10). Tal resultado era esperado, uma vez que a variação do produto interno bruto foi positiva no período. No entanto, como as taxas de desemprego no período anterior a este estudado eram altas (tal como já foi sugerido no capítulo anterior a respeito do contexto histórico) e o ritmo de crescimento foi moderado, a taxa de desocupação manteve-se alta.

<sup>1</sup> Neste trabalho adotou-se como “taxa de desemprego” a taxa de desocupação publicada pela Pesquisa Mensal do Emprego, coordenada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os números da pesquisa em questão são determinados a partir de estudos feitos a cada mês com a População Economicamente Ativa (PEA) das seis maiores regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife).



Fonte: IBGE

Mudando o foco da análise para o Balanço de Pagamentos brasileiro no período, é notório que este foi positivo em todo o período de 2003 a 2008, porém com fortes oscilações. Seu melhor resultado foi obtido em 2007 (superávit de US\$ 87.484,25 milhões) e o menor superávit foi observado em 2004 (US\$ 2.244,03 milhões) – Tabela 5.

O primeiro item a ser detalhado aqui é o saldo de transações correntes, que foi positivo em praticamente todo o período, exceto em 2008 que teve um saldo deficitário de US\$ 28.192,02 milhões. O resultado negativo desse último período deveu-se, basicamente, a uma queda da Balança Comercial em 2008 (cai de US\$ 40.031,63 milhões em 2007 para US\$ 24.835,75 em 2008), concomitante ao aumento do déficit das contas de Serviços e Rendas (saldo era de US\$ -42.509,89 milhões em 2007 e cai para US\$ -57.251,64 milhões em 2008). A Conta Capital e Financeira, por sua vez, oscilou bastante, obtendo resultados muito ruins em 2004 e 2005, mas reagiu bem e teve seus melhores números em 2007 (US\$ 89.085,60 milhões) e 2008 (US\$ 29.351,65 milhões).

Tabela 5 – Balanço de Pagamentos – Brasil (2003-2008)

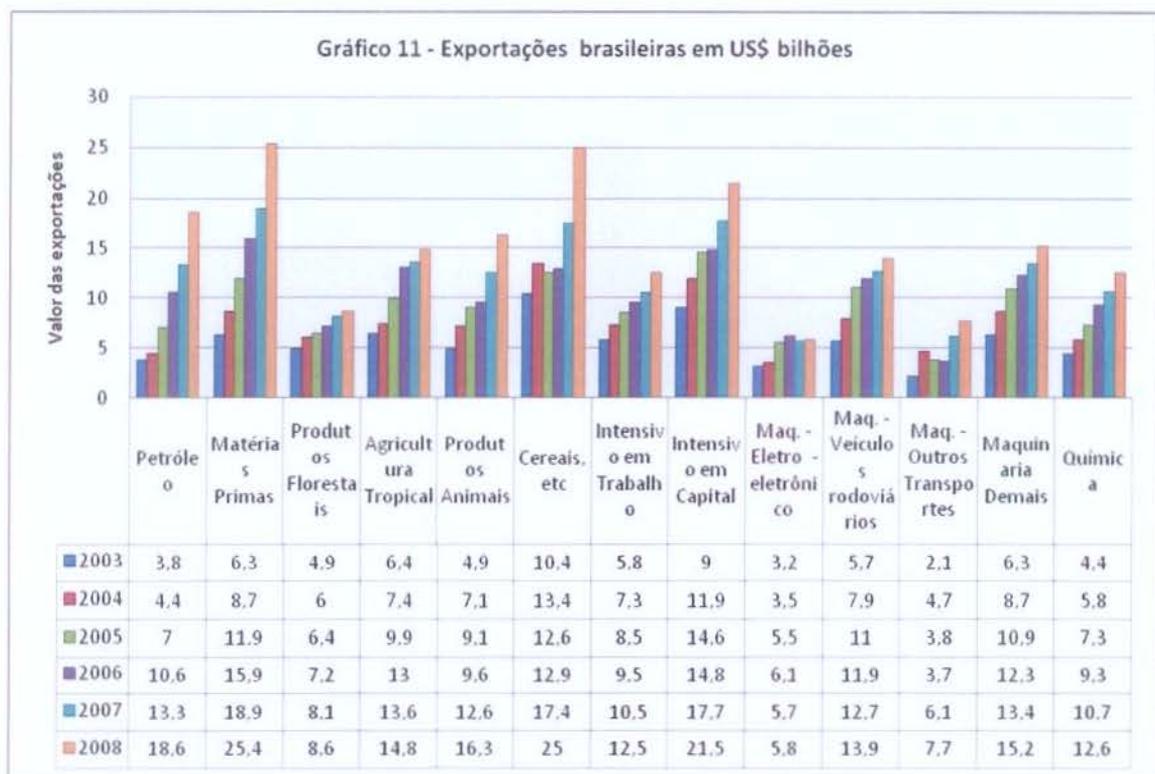
		US\$ milhões					
		2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Transações Correntes</b>		<b>4.177,29</b>	<b>11.679,24</b>	<b>13.984,66</b>	<b>13.642,60</b>	<b>1.550,73</b>	<b>-28.192,02</b>
	<b>Balança Comercial (FOB)</b>	<b>24.793,92</b>	<b>33.640,54</b>	<b>44.702,88</b>	<b>46.456,63</b>	<b>40.031,63</b>	<b>24.835,75</b>
	exportação de bens	73.084,14	96.475,24	118.308,39	137.807,47	160.649,07	197.942,44
	importação de bens	-48.290,22	-62.834,70	-73.605,51	-91.350,84	-120.617,45	-173.106,69
	<b>Serviços e Rendas</b>	<b>-23.483,23</b>	<b>-25.197,65</b>	<b>-34.275,99</b>	<b>-37.120,36</b>	<b>-42.509,89</b>	<b>-57.251,64</b>
	serviços	-4.931,11	-4.677,52	-8.308,60	-9.640,37	-13.218,72	-16.689,88
	rendas	-18.552,12	-20.520,13	-25.967,39	-27.479,98	-29.291,17	-40.561,76
	<b>Transferências Unilaterais Correntes</b>	<b>2.866,59</b>	<b>3.236,35</b>	<b>3.557,77</b>	<b>4.306,33</b>	<b>4.028,99</b>	<b>4.223,87</b>
	receita	3.132,04	3.542,02	4.050,81	4.847,44	4.971,78	5.316,63
	despesa	-265,45	-305,67	-493,04	-541,11	-942,79	-1.092,77
<b>Conta Capital e Financeira</b>		<b>5.110,94</b>	<b>-7.522,87</b>	<b>-9.464,05</b>	<b>16.298,82</b>	<b>89.085,60</b>	<b>29.351,65</b>
	<b>Conta Capital</b>	<b>498,19</b>	<b>371,74</b>	<b>662,76</b>	<b>868,98</b>	<b>755,86</b>	<b>1.055,12</b>
	<b>Conta Financeira</b>	<b>4.612,75</b>	<b>-7.894,61</b>	<b>-10.126,81</b>	<b>15.429,85</b>	<b>88.329,74</b>	<b>28.296,53</b>
<b>Erros e Omissões</b>		<b>-792,58</b>	<b>-1.912,34</b>	<b>-201,15</b>	<b>627,69</b>	<b>-3.152,08</b>	<b>1.809,44</b>
<b>Resultado do Balanço</b>		<b>8.495,65</b>	<b>2.244,03</b>	<b>4.319,46</b>	<b>30.569,12</b>	<b>87.484,25</b>	<b>2.969,07</b>

Fonte: Banco Central do Brasil

De todos os itens abrangidos pelo Balanço de Pagamentos, o saldo da Balança Comercial mereceu especial destaque no período justamente por ter sido sempre favorável, pelo seu poder de injetar recursos na economia e financiar a dívida pública, além da crença na capacidade das exportações dinamizarem o crescimento (o que será discutido novamente no próximo capítulo, a respeito do caso chinês). Dessa forma, é válido observar com maior rigor os números das exportações, das importações e de que forma o saldo da Balança Comercial foi construído no período.

O valor das exportações foi crescente em todo o período, mesmo no ano de 2008, quando o saldo comercial foi inferior ao ano de 2007. O Gráfico 11 mostra o desempenho de cada setor de atividade ao longo dos anos. Inicialmente, o que nos chama a atenção é o fato de que os dois setores com maior valor de exportações são o de Matérias-Primas e o de Cereais, ambos com melhor desempenho em 2008 (US\$ 25,4 bilhões e US\$ 25,0 bilhões, respectivamente). Tal resultado não é de se espantar, uma vez que não ocorreu no período nenhum tipo de política industrial no país e o preço internacional das *commodities* se

elevaram (algo não muito comum na história econômica mundial). Muitos desses produtos, inclusive, foram destinados à própria China, grande consumidora das matérias-primas (com destaque para o minério de ferro) e cereais brasileiros (sobretudo a soja).

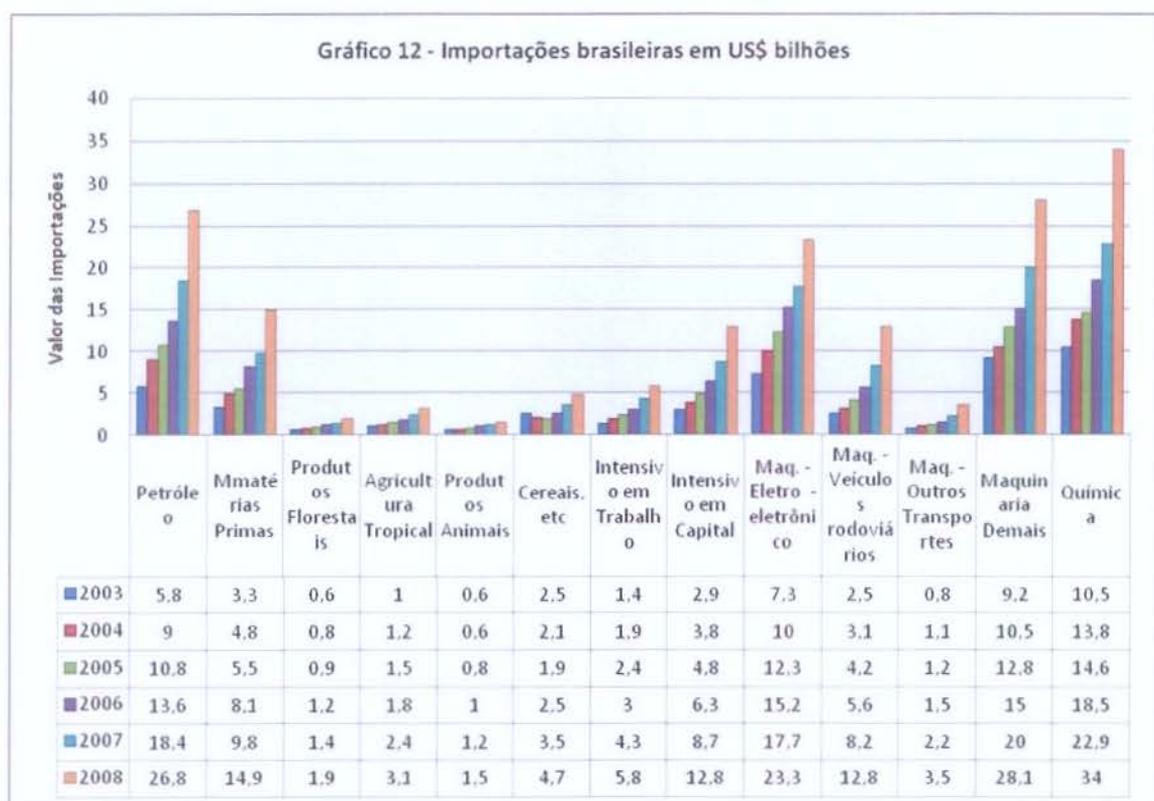


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Além das Matérias-Primas e Cereais, os outros dois setores que tiveram maior destaque no período foram Petróleo e Produtos Intensivos em Capital. Os demais setores, embora com valores mais modestos, também aumentaram o valor de suas exportações – com exceção de Máquinas-Eleto-Eletrônicos que oscilou um pouco, atingindo o ápice em 2006. O que fica claro, com esses números, é que o Brasil se inseriu no comércio mundial através de produtos de baixo valor agregado, baixa tecnologia e de pouca (ou quase nenhuma) necessidade de pesquisa e desenvolvimento. Um exemplo disso é o caso da soja, em que o país exportou para a China, só em 2008, US\$ 5.324.052.177,00 em grãos de soja, e apenas US\$ 824.025.672,00 do óleo deste produto (ou seja, deixamos de realizar internamente as etapas do beneficiamento do produto bruto, gerando empregos e renda advindos desse processamento para o país importador), segundo dados do Ministério do

Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). O desempenho da Balança Comercial brasileira só não ficou comprometido porque, como já foi dito, este período foi marcado por uma singularidade histórica de aumento do preço das *commodities* em geral concomitante à redução dos preços dos produtos manufaturados, de alta tecnologia. Grande parte dessa mudança de relações no comércio internacional deveu-se à China que, por um lado, demandava os produtos básicos e matérias-primas em grande quantidade, e por outro fornecia produtos manufaturados a preços baixos.

Assim como as exportações, as importações também foram crescentes no período de 2003 a 2008 (Gráfico 12).

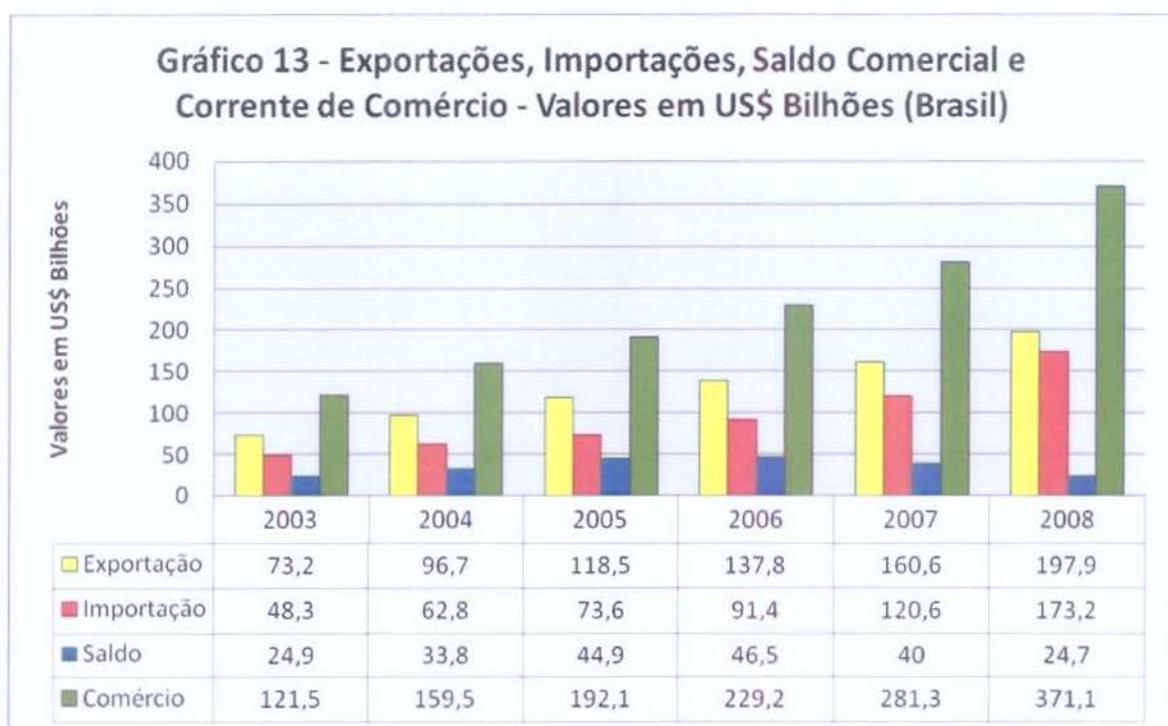


Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Os principais destaques nas importações foram os produtos da indústria Química, Maquinaria Demais, Máquinas-Eleto-Eletrônicos e Petróleo (curiosamente, o país também tem exportações significativas desta indústria). Olhando para os números, fica claro que o país importa, sobretudo, produtos industrializados/manufaturados, intensivos em mão-de-obra especializada, tecnologia e de alto valor agregado. Em suma, exportamos produtos

básicos e importamos produtos sofisticados do ponto de vista do processo de produção. Tal discrepância, embora não tenha sido objeto de preocupação devido ao contexto internacional momentaneamente favorável ao perfil brasileiro, traz consequências econômicas e sociais preocupantes, como a insustentabilidade do saldo comercial, do PIB e a degradação do mercado de trabalho.

Finalmente, é possível notar que o saldo da Balança Comercial foi crescente até o ano de 2006 e passou a se contrair a partir de 2007. Como já foi dito, tal fato deveu-se ao aumento das importações, uma vez que as exportações foram sempre crescentes. O Gráfico 13 traz essas informações e o total da corrente de comércio.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Ainda sobre o Balanço de Pagamentos, é preciso destacar o aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED), que é definido como o ingresso de recursos relacionados com a aquisição, a subscrição ou o aumento do capital social de empresas residentes no Brasil, por agentes estrangeiros. Diferentemente do capital especulativo de curto prazo, o IED reflete um interesse duradouro das empresas que operam fora de seu país de origem, e ao país que o recebe, ele representa aumento da renda, melhora no

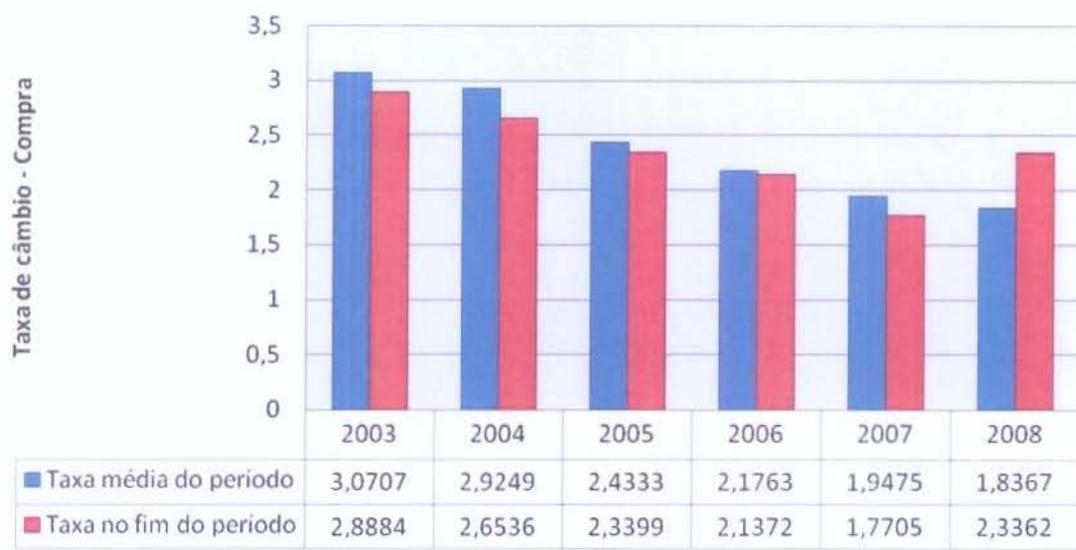
Balço de Pagamentos e aumento do emprego. Como em quase todas as variáveis econômicas estudadas neste trabalho, o IED expandiu no período abordado (Gráfico 14), porém não atingiu patamares elevados a ponto de, por si só, proporcionar um maior dinamismo à economia. Para que isso ocorresse, também seriam necessárias políticas de desenvolvimento econômico e industrial, que sinalizassem aos investidores estrangeiros que a economia brasileira estava em uma rota de expansão de longo prazo. Não foi o caso.



Fonte: Banco Central do Brasil

A última variável estudada neste capítulo para entender o dinamismo econômico brasileiro entre 2003 e 2008 é o câmbio. Ao longo de todo o período, a taxa de câmbio foi decrescente, isto é, o Real apreciou-se frente ao dólar (moeda internacional usada como base de comparação). A taxa média de câmbio anual foi seguidamente decrescente, enquanto a taxa apurada no final do período (ou seja, a taxa apurada no último dia útil de cada ano) apresentou uma pequena inversão de tendência apenas em 2008, já como consequência da crise econômica e a fuga de capitais que se impunha (Gráfico 15).

### Gráfico 15 - Taxa de câmbio (Real x Dólar Americano)

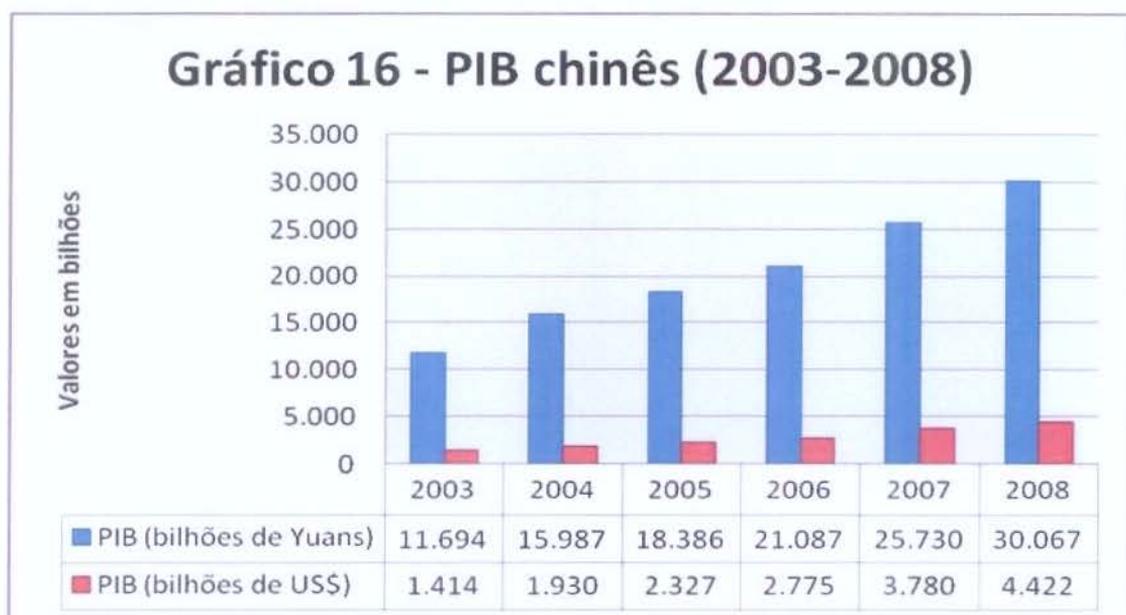


Fonte: Banco Central do Brasil

Mais uma vez, os números apontam ausência de relação entre o crescimento econômico observado e as variáveis controladas pelo governo brasileiro. Enquanto as exportações figuravam entre os itens de maiores destaques da economia brasileira, e a indústria nacional lentamente aumentava sua taxa de investimento e crescimento, as taxas de câmbio (que, por definição, é uma variável que pode ser usada pelo governo para dirigir a economia em seus objetivos de curto e longo prazo) no Brasil caminhavam, justamente, no sentido contrário. Ela aumentou o valor das exportações em moeda internacional (tornando-as menos competitivas) e obstaculizou o crescimento da indústria, que há anos vem tentando se reorganizar da forte crise dos anos 1980 e suas consequências nos anos posteriores. Em outras palavras, as exportações, o PIB e a indústria, no Brasil, cresceram a despeito das medidas do governo (neste caso, em contraposição à apreciação cambial), impulsionados, sim, pela expansão econômica internacional, liderada e planejada pela China. E é o dinamismo do crescimento deste país que vamos estudar a partir de agora.

### Capítulo 3 – O padrão de crescimento chinês (2003-2008)

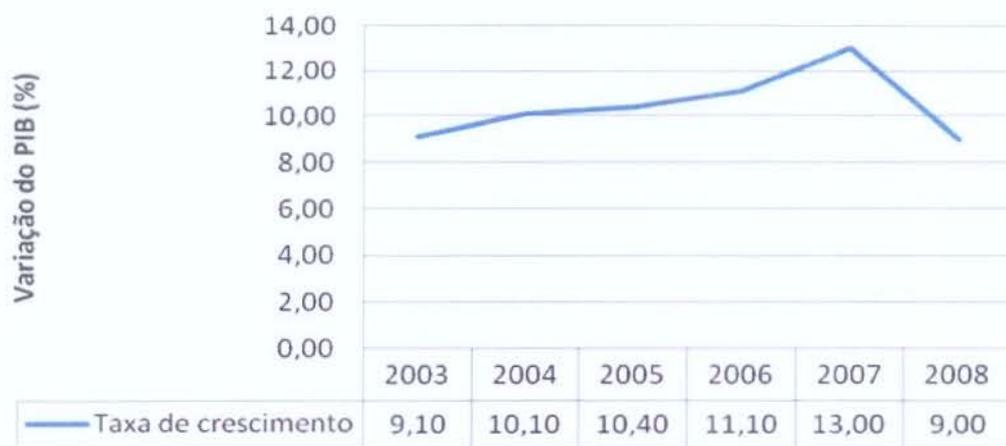
Assim como o produto interno bruto brasileiro foi crescente no período aqui abordado, o produto chinês também não apresentou oscilações ou retrações. Aliás, este apresentou recordes históricos de volume, tanto em yuans quanto em dólares, como pode ser visto no Gráfico 16.



Fonte: National Bureau of Statistics of China

Sendo assim, diferentemente do que aconteceu por aqui, em que o crescimento foi constante, porém moderado, o caso chinês tem se mostrado como o mais vigoroso e impressionante da história econômica (superando, inclusive, as taxas obtidas no Brasil no período conhecido como “milagre econômico”, que chegaram a atingir, em média, números superiores a 10% anuais). No caso oriental, a maior taxa de crescimento foi observada no ano de 2007 (13,0%, já considerando a revisão do PIB anunciada em 14/01/2009 pelo National Bureau of Statistics of China), enquanto todos os outros anos ficaram não muito distantes da casa de 10,0%, como mostra o Gráfico 17.

## Gráfico 17 - Taxa de crescimento do PIB chinês (2003-2008)



Fonte: National Bureau of Statistics of China

Os impactos desse crescimento assombroso não se restringem apenas à população e economia chinesa – que, por si só, já seria de se destacar, uma vez que trata-se do país mais populoso do mundo, com cerca de um quinto da população da Terra, crescendo a taxas exorbitantes – mas transbordaram por toda a economia internacional, alterando as relações de comércio e de preços, “puxando” a economia global para uma grande onda de crescimento. Em 2008, considerando o PIB nominal de US\$ 4,4 trilhões de dólares, a china já era a terceira maior economia do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e Japão. Se considerarmos a Paridade do Poder de Compra (PPC), a economia chinesa era a segunda maior, com um PIB de US\$ 7,8 trilhões (valores de 2008). A Paridade do Poder de Compra mede quanto é que uma determinada moeda pode comprar em termos internacionais (normalmente dólar), já que bens e serviços têm diferentes preços de um país para outro, ou seja, relaciona o poder aquisitivo de um indivíduo com o custo de vida do local, se ele consegue comprar tudo que necessita com seu salário. A PPC é necessária porque a comparação dos produtos internos brutos em uma moeda comum não descreve com precisão as diferenças em prosperidade material. Ela leva em conta tanto as diferenças de rendimentos como também as diferenças no custo de vida.

Uma vez que a economia chinesa apresentou um dinamismo substancialmente diferente do brasileiro no período aqui estudado, este trabalho passa então a analisar de que forma as políticas e as variáveis econômicas foram planejadas e executadas de formas distintas daquelas observadas no Brasil – já apontadas no capítulo anterior – e quais as relações delas com o resultado final do produto.

A primeira variável macroeconômica a ser realçada é a taxa básica de juros chinesa, que é controlada pelo Banco Popular da China (*The People's Bank of China*, em inglês). Este é responsável por emitir a moeda, controlar sua circulação e desempenha a função importante de cobrir as disparidades orçamentárias. Ademais, ele administra as contas, os pagamentos e os recebimentos de organizações governamentais e de outras instituições, que o permite exercer uma total supervisão sobre os seus desempenhos financeiros e gerais que estão sob direcionamento dos planos econômicos do governo. O banco também é responsável pelo comércio exterior e outras transações estrangeiras, além de gerenciar as remessas de capital para chineses no exterior, possuindo ramificações em muitos países.

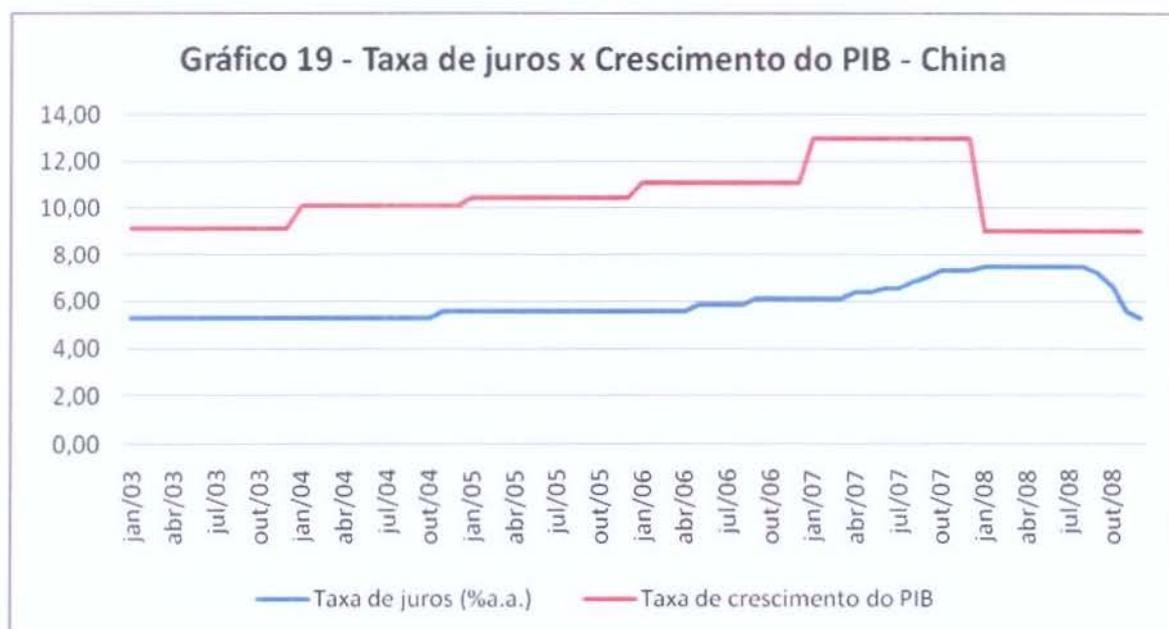
No caso chinês, a taxa de juro básica da economia foi mantida em um patamar substancialmente inferior ao brasileiro, embora tenha sido crescente em boa parte do tempo, decrescendo novamente a partir de setembro de 2008 (Gráfico 18). Os resultados dessa comparação não apresentam nada de surpreendente, uma vez que o PIB (e sua taxa de expansão) está diretamente ligado à oferta e características do crédito disponível. Uma vez que a China apresentou crescimento econômico muito superior ao brasileiro, era de se esperar que a taxa de juros fosse menor. Crédito escasso, ou com juro muito alto, é um grande entrave para o crescimento econômico.



Fonte: The People's Bank of China

Outra característica peculiar do caso chinês, é que a taxa de juros acompanhou a evolução do crescimento do produto, isto é, foi crescente enquanto a taxa de expansão do PIB também o foi, e seguiu na direção contrária quando os números do PIB apresentaram menor crescimento. Tal situação, no entanto, tem motivações substancialmente diferentes do caso brasileiro. Aqui, a taxa de juros era usada para manter a inflação dentro do objetivo traçado pelo Banco Central, elevando-se quando o PIB crescia e gerava possíveis pressões inflacionárias, e era reduzida quando o nível de atividade era mais contido e uma alteração do patamar de juros não ameaçava a evolução dos preços. Na China, apesar da lógica ser semelhante, as variações ocorrem em patamares distintos de juro e crescimento: devido ao grande aquecimento da economia e da demanda por crédito, o aumento do juro se faz necessário para conter o crescimento excessivo (que, além do risco de ser insustentável, pode estar se direcionando para setores menos rentáveis no longo prazo e de maior risco), para evitar desconfiças do capital internacional e conter um aumento excessivo de preços. Em outras palavras, no Brasil a taxa de juros é usada como instrumento de combate a inflação e tende a aumentar quando esta mostra os primeiros sinais de elevação, enquanto que, na China, ela é usada como um importante instrumento de dinamismo econômico e

crescimento do produto, e que eleva-se apenas em situações em que o próprio crescimento em excesso pode trazer malefícios à economia. O resultado disso é que a comparação entre crescimento do PIB e juro no caso chinês (Gráfico 19) apresenta um desenho distinto do observado aqui (Gráfico 4).



Fonte: National Bureau of Statistics of China e The People's Bank of China

Não obstante o crescimento econômico ter sido muito expressivo e a taxa de juros ter se mantido em um patamar relativamente baixo, a inflação observada na economia chinesa se manteve sob controle, oscilando em valores baixos, tendo seu menor índice em 2003 (apenas 1,2%) e o maior número observado em 2008 (5,90%), conforme pode ser visto no gráfico 20. Tal fato se opõe ao paradigma que se estabeleceu no Brasil, em que crescimento econômico e baixa inflação não podem conviver na mesma economia. Historicamente, mercado aquecido permite que os produtores mantenham seus ganhos mesmo reduzindo os preços unitários (maior volume de vendas compensa esta variação).

Além do poder de controlar os preços, outro grande diferencial do Estado chinês é que ele exerce o papel de “controlador da economia”, isto é, as bases da economia são direcionadas pelo Estado, e não pelo capital privado ou especulativo. Nesse contexto, o controle do crédito (que, como já foi dito, opera com baixas taxas de juros e é direcionado) tem papel fundamental.



Fonte: Cia World Factbook

A respeito desse controle da esfera financeira, Oliveira (2005, p.5) afirma:

“A China estabelece controles de capitais e opera com baixo nível de endividamento externo, tendo privilegiado o investimento direto estrangeiro. O acúmulo de reservas de divisas alavanca a política monetária favorável à expansão do crédito interno, que é operado com baixas taxas de juros por bancos estatais especializados, garantindo assim altas taxas de investimentos internos.”

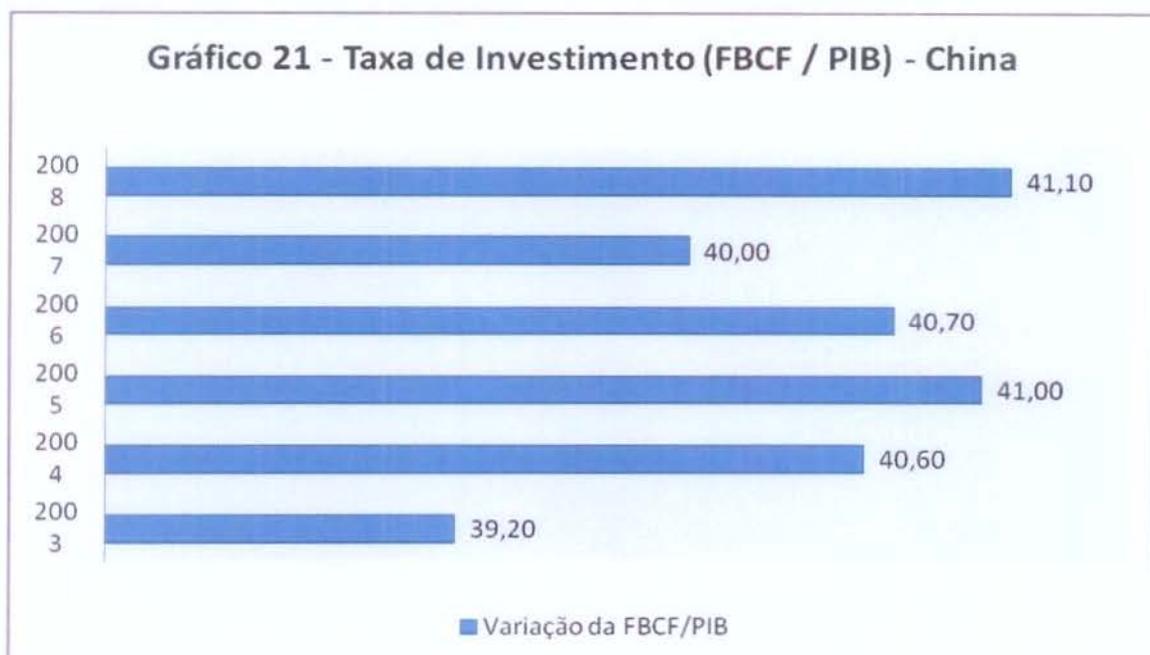
Esse alto nível das taxas de investimentos internos (que será detalhado mais adiante) evita que surjam “gargalos” na esfera produtiva que poderiam gerar pressões inflacionárias. E assim a economia cresce de forma sustentável, uma vez que o crédito é concedido com baixas taxas de juros, voltado ao investimento, não dependendo apenas do cenário externo. Muito pelo contrário, o governo chinês cria as bases que garantirão a continuidade do crescimento. O equilíbrio não se dá apenas no curto prazo, uma vez que a articulação entre política monetária e política industrial (que estimulando novos investimentos na produção), garantem a estabilidade dos preços concomitante ao crescimento continuado.

Passando então a análise para a produção industrial, a primeira informação que salta aos olhos é o ritmo de crescimento da produção industrial chinesa. Ele foi constantemente positivo e manteve-se sempre em um nível muito elevado (próximo à casa dos 30,0% anuais, em boa parte do tempo), como evidencia a Tabela 6. Pode ser facilmente percebido que os números chineses são bem mais elevados que os brasileiros (basta rever o Gráfico 6), com especial destaque para o crescimento dos investimentos em ativos fixos. Como já foi sugerido anteriormente, a combinação de política monetária arrojada, com crédito barato e direcionado, sustentam a expansão industrial e esta, por sua vez, mostra-se como um dos pilares do crescimento chinês.

<b>Tabela 6 - Valor adicionado pela indústria e Investimento em ativos-fixos (China)</b>						
<b>Indicadores</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Valor adicionado pela indústria (em bilhões de yuans)	4.199,00	5.480,50	7.218,70	9.107,60	11.704,80	13.214,70
Taxa de crescimento (%)	27,30	30,50	31,70	26,20	28,50	12,90
Investimento em ativos fixos (em bilhões de yuans)	5.556,70	7.047,70	8.877,40	10.999,80	13.732,40	17.229,10
Taxa de crescimento (%)	27,70	26,80	26,00	23,90	24,80	25,50

Fonte: The National Bureau of Statistics of China

A evidência de tais números é que, se o PIB e a própria produção industrial cresceram, é porque a taxa de investimentos também foi crescente – crescimento este que é fruto de uma coordenação de política monetária e industrial, direcionada pelo Estado. O que os números chineses nos ensinam é que, para o PIB crescer, é necessário que a produção industrial também o faça, sendo que esta é dependente do nível de investimentos da economia. Neste caso, deduziu-se que o nível de investimentos foi crescente através da observação do aumento do investimento em ativos fixos presente na Tabela 6, isto é, pelo aumento do investimento em máquinas, equipamentos e instalações na economia. No entanto, o termo “taxa de investimento” é mais corretamente usado para descrever a relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB. No caso chinês, temos essa relação expressa no gráfico 21:



Fonte: OCDE, a partir de dados do The National Bureau of Statistics of China

Em comparação com o caso brasileiro, os valores chineses são superiores ao dobro do aqui observado em todo o período (ver Gráfico 5). Como já foi dito anteriormente, a taxa de crescimento de uma economia está intimamente ligada ao seu nível de investimento que, no caso oriental, é o mais elevado da atualidade. Tais resultados são fruto de uma coordenação de políticas econômicas voltadas para o crescimento.

Além do crescimento industrial chinês ter sido muito grande, ele se destacou sobretudo nos setores mais dinâmicos da economia, isto é, setores ligados à tecnologia, de alto valor agregado, que exige mão-de-obra qualificada e a existência de um parque industrial complexo, que forneça as matérias-primas e insumos necessários à esfera produtiva, bem como um sistema de logística eficiente. Tal desempenho, no entanto, não se limita ao período estudado; as políticas industriais, voltadas para esses setores mais dinâmicos, já era planejado com eficiência há mais de uma década. E o Estado chinês assume um papel importantíssimo neste processo: muito mais do que planejar este crescimento, ele conduz o processo através das empresas estatais que se tornavam cada vez mais fortes. Medeiros (2006, p.11-12), afirma:

“O investimento público das empresas estatais manteve a sua função de liderar o ciclo de investimentos da China e o processo de mudança estrutural. (...) O ciclo de expansão dos investimentos estatais da China ao longo dos anos 90 foi acompanhado por uma ousada estratégia industrial em que o governo selecionou 120 grupos empresariais para formar um “*national team*” em setores de importância estratégica em uma direção explicitamente inspirada nos *Chaebols* coreanos, voltada ao enfrentamento das grandes empresas multinacionais nos mercados chineses e mundiais. Em sua política “manter as grandes empresas públicas e deixar escapar as menores” a estratégia era diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e a modernização da infra-estrutura de forma a integrar populações e territórios do interior. Diversos centros de tecnologia foram desenvolvidos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico (como as em Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing, Shanghai) especialmente concebidas para formarem pólos de crescimento voltados para a economia como um todo. Estas zonas passaram a receber massivos investimentos do governo em infra-estrutura e muitas criaram parques industriais em alta tecnologia.”

Fica evidente, portanto, que a manutenção de altos índices de crescimento industrial e, conseqüentemente, do produto, depende de ações e estratégias específicas e bem elaboradas do Estado. Sendo assim, no caso brasileiro, em que as grandes preocupações do governo são somente o controle da inflação e o pagamento dos juros da dívida pública, o alcance de níveis tão altos de crescimento, ainda que em um cenário muito favorável, torna-se praticamente impossível.

Outro fator muito importante para o desenvolvimento chinês é a entrada de Investimento Estrangeiro Direto. Em todo o período ele foi muito expressivo e crescente (com exceção do ano de 2005 que teve uma pequena redução com relação ao ano anterior), como pode ser visualizado no Gráfico 22.



Fonte: The National Bureau of Statistics of China

O financiamento externo através do IED, e não apenas por meio de dívida ou entrada de capitais especulativos de curto prazo, é algo muito positivo à medida que mostram um certo comprometimento dos recursos a longo prazo no país. No entanto, no caso chinês, em que o mercado interno por si só já é dinâmico e a oferta de crédito é elevada mesmo internamente, o investimento estrangeiro cumpre um segundo papel, também fundamental para o projeto de crescimento sustentável do país. Oliveira (2005, p.5) diz:

“Os investimentos diretos estrangeiros, de início limitados às áreas de processamento de exportações, agora são também autorizados em outras áreas. (...) são realizados em associações com empresas chinesas, mas sua baixa participação na FBCF no país indica que a política de atração de IDE responde menos a dificuldades de financiamento e mais ao objetivo de incorporação e apropriação de novas tecnologias.”

Dito com outras palavras, o IED é visto pelo Estado chinês como uma oportunidade de adquirir tecnologia e *know-how* em setores considerados estratégicos pelo país. Tal aprendizado de tecnologia é ainda facilitado pela forma com que o capital estrangeiro entra

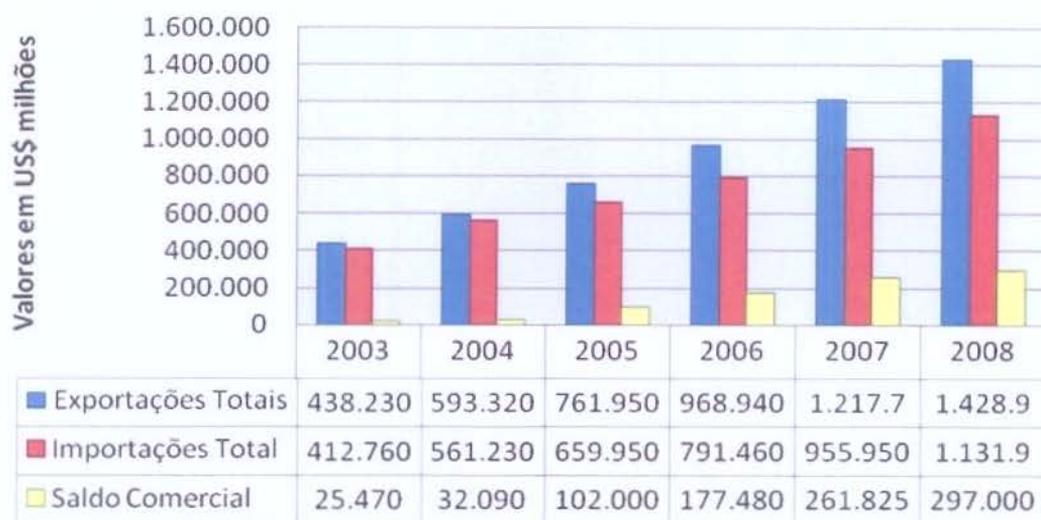
no país, que é regulamentada e coordenada pelo Estado. As empresas não podem simplesmente estabelecer-se no país; elas devem estabelecer parcerias, *joint ventures*, com empresas ligadas ao Estado chinês para ali poder operar.

“A China não realizou qualquer programa de privatizações. A terra continua a ser de propriedade do Estado e é cultivada por meio de concessões dos poderes públicos aos agricultores. A relativa perda de participação das empresas estatais sob controle do governo central deve-se ao rápido crescimento de empresas controladas por unidades sub-nacionais de governo, as chamadas Towns and Villages Enterprises (TVEs). O investimento direto estrangeiro é realizado por meio de associações com empresas chinesas (estatais ou TVEs) as quais, em geral, assumem o controle das novas unidades.” (OLIVEIRA, 2005, p.3)

Embora esse compartilhamento de informações e tecnologias possam parecer um fator de repulsa de investimento das grandes corporações capitalistas, tal afastamento, na prática, não ocorre. Isso porque o mercado interno chinês é muito dinâmico, com um mercado consumidor crescendo a taxas exorbitantes, com grande infra-estrutura, logística e organização em seus parques industriais. Operar na China é, dessa forma, um dos fatores decisivos na competição entre as grandes empresas globalizadas, sobretudo para aquelas de alta tecnologia – mesmo com o risco de concorrência do próprio Estado e de cessão de tecnologia.

Um tema de bastante destaque quando o assunto é economia chinesa, é o resultado da Balança Comercial e, neste contexto, a força desta economia na exportação de produtos manufaturados para o resto do mundo. No entanto, ao atentarmos para o Gráfico 23, pode-se notar que o saldo comercial chinês não é tão grande quanto o volume de exportações nos poderia sugerir inicialmente. Ele foi, inclusive, muito pequeno (quando comparado ao volume total de comércio) nos dois primeiros anos do período, embora o crescimento econômico tenha sido expressivo.

## Gráfico 23 - Balança Comercial - China



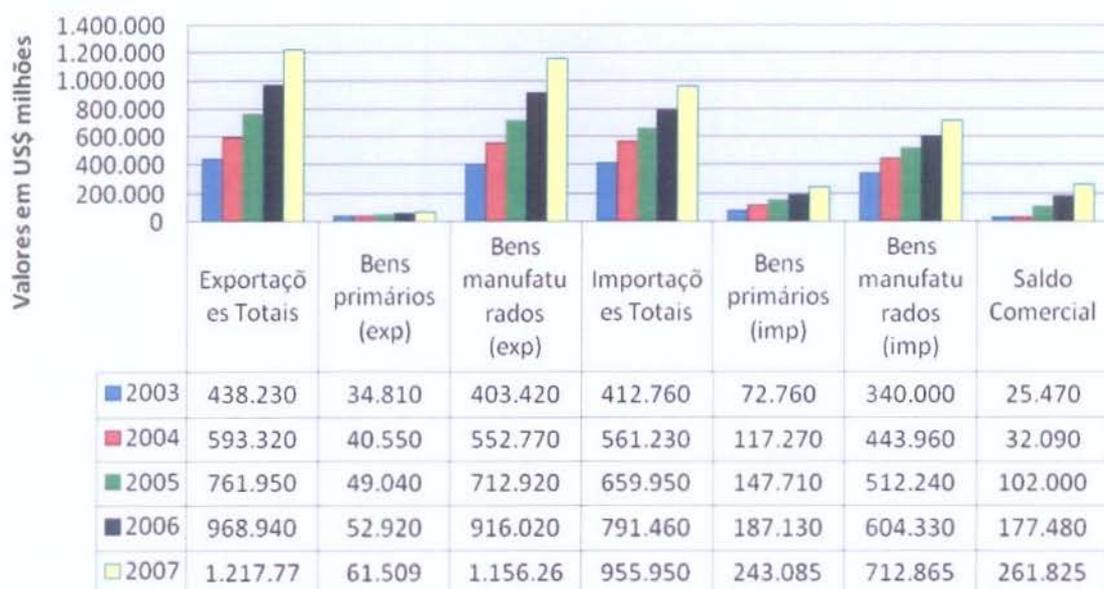
Fonte: The National Bureau of Statistics of China e Ministry of Commerce of PRC

Tais números nos permitem inferir duas informações a respeito do volume de comércio chinês. A primeira delas é que, se por um lado, a China é um país que exporta muito, por outro ela também tem volumes de importações elevados, embora o saldo comercial seja crescente. Dessa forma, a explicação recorrente de que o PIB chinês cresce alavancado pelas exportações, torna-se insuficiente para explicar tais números. O PIB chinês, assim como sua taxa de crescimento, foram muito elevados ao longo de todo o período estudado, e os valores da Balança Comercial mostraram-se significativos apenas nos últimos anos, e mesmo assim, ainda pouco significantes, quando comparado ao produto total do país, que em 2008 já era a terceira economia mundial em termos nominais e a segunda considerando a Paridade do Poder de Compra. Logo, a explicação do crescimento chinês só pode ser compreendido observando-se uma série de fatores (como taxa de investimento, política industrial, política monetária, investimento estrangeiro direto), dentre os quais o saldo comercial é mais um importante elemento para esse entendimento.

O segundo ponto que pode ser inferido da tabela é que, se o saldo comercial não foi tão assombroso como se costuma imaginar, o fato das exportações terem tamanha repercussão está ligado ao perfil da pauta de comércio internacional do país. Apesar de tanto as importações quanto as exportações de bens manufaturados serem superiores às de bens primários, observando o Gráfico 24, é possível notar que o crescimento da exportação

de bens primários cresce muito pouco, enquanto a exportação de bens manufaturados evolui muito rapidamente. Analisando as importações, o crescimento de bens manufaturados (sobretudo máquinas e equipamentos) e primários seguem aproximadamente o mesmo ritmo.

**Gráfico 24 - Valor total de exportações e importações - China**



Fonte: The National Bureau of Statistics of China e Ministry of Commerce of PRC

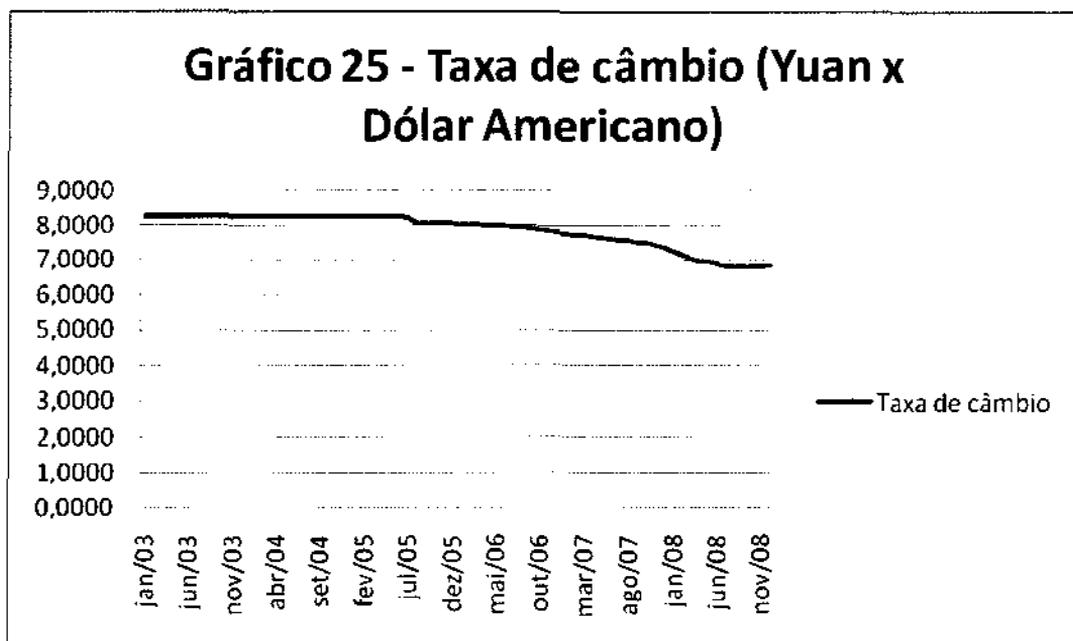
Existe, dessa forma, um perfil claro da evolução da pauta comercial, em que o país busca produzir internamente os produtos manufaturados, mais complexos, mantendo assim o dinamismo e os empregos gerados por esses setores no país, enquanto os produtos de menor valor agregado, que teriam menores reflexos na esfera produtiva e na renda nacional, são importados. A dinâmica dessa relação entre exportações e importações é descrita por Oliveira (2005, p. 3 e 5).

“A crescente importância da China no comércio mundial foi alcançada sem que houvesse liberação geral de importações, e o mercado interno nacional continua protegido, não somente pelo câmbio desvalorizado, como também por um conjunto de restrições. E o alto volume de

importações do país é explicado pelas aquisições das zonas de processamento de exportação – que importam livremente – ou por importações complementares e não concorrentes com a produção nacional. (...) Finalmente a estratégia reformista levou à criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) em várias regiões costeiras. Constituem áreas especializadas em processamento de exportações e para sua implantação foram liberados o investimento estrangeiro, as importações de insumos e partes e as operações cambiais e de comércio exterior. E os objetivos de incrementar as exportações e de incorporar novas tecnologias pelas ZEEs foram alcançados pela atração de investimentos estrangeiros, inicialmente originários de Hong Kong e posteriormente de Taiwan e de muitos países desenvolvidos.”

Houve, dessa forma, uma coordenação de políticas para que as exportações fossem dinamizadas, ainda que em um primeiro momento as importações necessárias para que elas ocorressem também fossem elevadas. Como já foi dito anteriormente, houve uma política direcionada à atração de investimento estrangeiro direto justamente nos setores mais dinâmicos e voltados para a exportação, que combinados a uma política mais geral de crédito e desenvolvimento industrial, permitiram que o setor exportador impulsionasse a economia, ainda que o saldo final da Balança Comercial fosse pouco expressivo. O dinamismo estava, na verdade, na atividade industrial exportadora, e não apenas no saldo comercial.

Finalmente, cabe dizer que a taxa de câmbio chinesa foi estável em todo o período, com uma pequena tendência de apreciação (Gráfico 25). Tal apreciação do Yuan, no entanto, é muito inferior à pressão internacional feita para que a China valorize sua moeda. O país busca manter firme sua política de manter seus produtos a preços competitivos em termos internacionais, ao mesmo tempo em que se protege das importações.

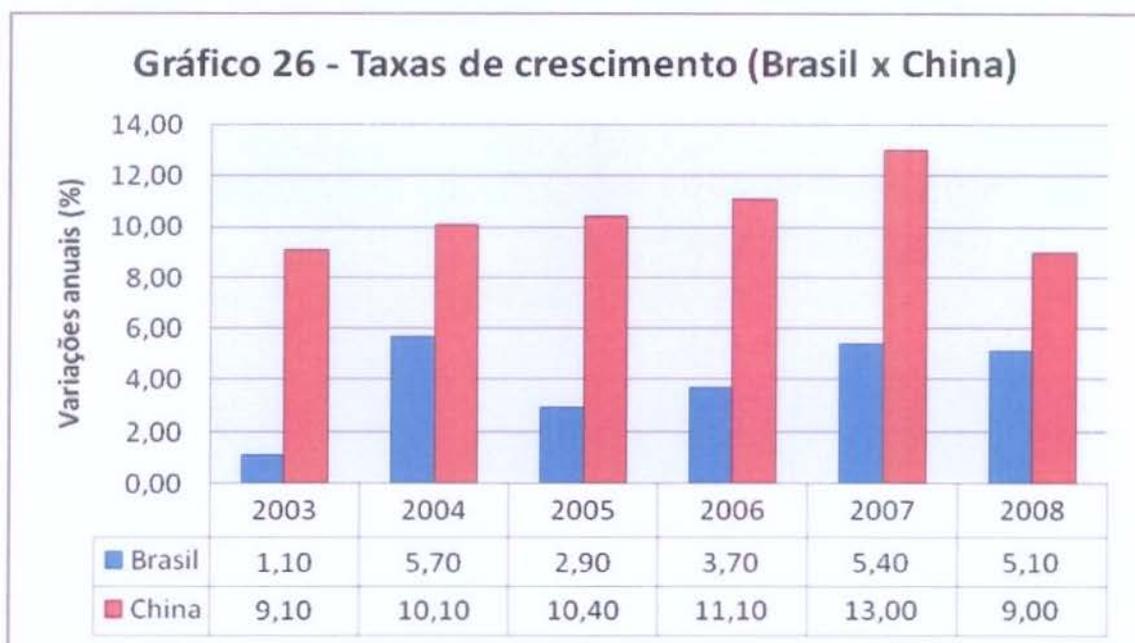


Fonte: Bloomberg

Tal postura adotada pelo Banco Popular da China mostra coerência com sua política industrial e de comércio exterior. Diferentemente do caso brasileiro, em que o Banco Central buscou continuamente apreciar a moeda nacional, tornando os produtos importados mais baratos (formou-se uma espécie de “populismo cambial”, em que o real forte é aclamado por aumentar o poder de compra da população, apesar dos malefícios para a indústria nacional e para o emprego). Uma economia voltada para a exportação deve manter seu câmbio desvalorizado caso queira levar adiante uma estratégia de conquista de mercados internacionais, e isso foi observado na China.

## Capítulo 4 – Análise comparativa – Brasil x China

Observando todos os dados expostos até agora, fica claro que Brasil e China alcançaram padrões de crescimento muito distintos. O dinamismo e os resultados obtidos no caso oriental foram muito superiores aos encontrados por aqui, como fica claro no Gráfico 26.



Fonte: IBGE e The National Bureau of Statistics of China

Todavia, esses diferentes resultados não foram frutos apenas das decisões e medidas adotadas neste contexto. A evolução histórica, e as diferentes formas de enfrentar os desafios propostos nas últimas décadas, foram decisivos para que os países apresentassem patamares de crescimento também distintos. Como já foi dito anteriormente, o Brasil chega ao início da presente década sem ter resolvido os problemas estruturais que marcavam a economia desde o início do processo de industrialização, isto é, a incapacidade de monopolização de capital e a emergência de um agente que liderasse o processo de desenvolvimento de forma dinâmica. O parque industrial brasileiro havia regredido muito ao longo dos anos 1990, especializando-se em poucas etapas do processo produtivo, geralmente de baixo valor agregado. A mudança das bases produtivas, baseada na microeletrônica, na automação flexível integrada e na reorganização do trabalho, que

alterou os padrões de produção dos países centrais e de muitos países em desenvolvimento, são fenômenos que não foram observados no Brasil.

Além desses problemas estruturais, o passado recente brasileiro também foi marcado pelo alto montante de juros a ser pago pelo Estado, que teve sua origem na crise da dívida dos anos 1980 e nos ajustes constantemente severos adotados como resposta a tal mudança de cenário. Sendo assim, para suavizar os efeitos causados por esse ajuste recessivo, uma política fiscal voltada para a geração de superávits primários vultosos assumiu papel central na tentativa de manter-se um equilíbrio mínimo dessa política econômica. A consequência da manutenção deste superávit é a necessidade de cortes do gasto público, tirando do Estado qualquer margem de manobra que pudesse relançar a economia num ciclo de crescimento. Essa limitação do Estado, que seria preocupante em qualquer economia, é ainda mais crítica quando se olha a realidade brasileira, de desenvolvimento capitalista tardio, em que o Estado sempre puxou o crescimento econômico, além de ser o único agente capaz de suportar os riscos de realizar grandes investimentos de longo prazo.

A economia chinesa, por sua vez, havia seguido caminho distinto em seu passado recente. Como também já foi citado, as reformas modernizantes lideradas pelo Estado que haviam se iniciado ao final da década de 1970, introduziram elementos fundamentais para o desempenho de sua economia até os dias de hoje. Dentre esses elementos, destacam-se o retorno do direito de propriedade, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) e as *Township and Village Enterprises* (TVE's).

No que diz respeito às ZEE's, criadas em várias regiões portuárias e urbanas, elas ganharam destaque por terem um alto volume de comércio, uma vez que são essencialmente voltadas para exportação, mas têm a liberdade de importar máquinas, equipamentos e insumos necessários à produção industrial (as importações desses componentes foram liberadas para essas regiões, assim como as operações cambiais e de comércio exterior) e na consequente atração do Investimento Estrangeiro Direto, que trazia consigo as inovações tecnológicas dos países mais avançados. Apesar disso, a participação estatal é muito forte nessas ZEE's e as indústrias que ali operam recebem incentivos e a infra-estrutura necessária para a atividade exportadora. Já as TVE's, que são empresas públicas controladas por entidades sub-nacionais (municípios e vilas), tiveram forte atuação

no âmbito das obras públicas e na descentralização da produção industrial, apoiando inclusive a industrialização do campo. Embora possam trabalhar em parceria com empresas estrangeiras, operam em estreitas relações de compra e venda com as estatais industriais e de comércio exterior, e têm acesso ao crédito dos bancos oficiais.

Tendo feito essa retomada do contexto histórico das duas economias, podemos então passar à análise comparativa das principais variáveis macroeconômicas expostas ao longo deste trabalho. A primeira que ganha destaque aqui é a política monetária distinta adotada pelos países. No caso brasileiro, a taxa de juros foi constantemente alta para atrair capitais financeiros (especulativos, de curto prazo, que compensariam os déficits de Transações Correntes) e controlar a inflação (que é planejada com metas rígidas) apenas por meio da redução da liquidez, em detrimento de um projeto mais amplo de controle dos preços por meio da redução dos “gargalos” da esfera produtiva. Logo, o crédito é escasso e, como ele é um agente determinante do ritmo de expansão do produto, a economia brasileira teve na política monetária o seu primeiro obstáculo para galgar novos rumos.

Um conceito que surgiu ao longo do período e que sempre serviu de álibi para que o Banco Central aumentasse as taxas de juros foi o do “PIB potencial”. Ele reflete o quanto a economia poderia crescer, sem bater na sua capacidade potencial e pressionar a inflação. Cada vez que o produto cresce e ele se aproxima (ou até mesmo supera) o nível que esta economia suportaria, a taxa de juros deve ser elevada para que a economia se deprima até seus “verdadeiros” potenciais. Ou seja, existe um discurso muito forte em que o crescimento econômico é quase um efeito indesejado.

Além do crédito ser escasso, não houve direcionamento para a esfera produtiva, ou para o aumento do nível de investimentos. Ele se deslocou de acordo com as demandas de mercado e teve expansão visível no financiamento de bens de consumo (automóveis, eletrodomésticos) e créditos de baixo valor e curto prazo em nichos lucrativos do mercado (“cheque especial”, empréstimos consignados, cartão de crédito). O financiamento do investimento industrial não foi contemplado por nenhuma grande política nacional, que fosse capaz de dar novo fôlego a este setor, que há algumas décadas vem se desestruturando.

Tal cenário é absolutamente distinto do observado no caso oriental, em que o crédito é fortemente disseminado para o investimento, com baixas taxas de juros. O crédito é visto

como um fator de dinamização da economia, e não como algo que deve ser contido para evitar pressões inflacionárias. Aliás, esta praticamente não acontece na China, uma vez que o Estado tem o controle dos preços e a grande expansão da produção atende às necessidades crescentes sem dificuldades. Tal desempenho só é possível porque o Estado tem as variáveis chave da economia em suas mãos – sendo o crédito uma das principais – embora ocorra uma certa abertura ao capital estrangeiro na economia (capital de caráter não especulativo e em setores de interesse). Mesmo com a entrada de grandes bancos globalizados, o mercado de crédito ainda é fortemente dominado pelos quatro bancos comerciais estatais chineses – *Agricultural Bank of China (ABC)*, *Bank of China (BOC)*, *China Construction Bank (CCB)* e *Industrial and Commercial Bank of China (ICBC)* – que executam as políticas de crédito em setores específicos da economia (SILVA, 2006).

Outra diferença substancial dos países aqui estudados, diz respeito à política fiscal e as suas conseqüências para a economia como um todo. No Brasil, o esforço necessário para o pagamento da dívida pública crescente – e que tem esse caráter devido ao juro alto que pesa sobre ela – gera as necessidades de superávit primário e, por conseguinte, conduzem a uma série de medidas que também contribuem para a manutenção de baixos índices de crescimento, como o corte nos gastos públicos, nos salários, nos gastos previdenciários, aumento de impostos.

Já no caso chinês, o gasto público teve um papel central no dinamismo do produto nacional, uma vez que o Estado assumiu claramente a função de “gastador em última instância”, desenvolvendo e financiando os setores considerados prioritários para o país. Além disso, a dívida pública chinesa tem um perfil muito melhor que a brasileira; primeiro, porque o nível de endividamento é baixo quando comparado aos padrões observados nas maiores economias em termos globais. Em segundo lugar, por não ter se exposto aos interesses do capital financeiro internacional. E finalmente, porque tanto o credor quanto o devedor é o mesmo agente, isto é, o Estado chinês. Tal situação “confortável” entre credor e devedor, inclusive, ameniza muito a questão dos chamados “créditos podres” (aqueles de retornos duvidosos, ou que nunca serão recebidos). Este crédito pode virar dívida pública, e como o nível de endividamento é baixo e a perspectiva de crescimento de longo prazo é animadora, não chega a surgir grande desconfiança internacional sobre o risco chinês.

As políticas industriais de Brasil e China também foram muito distintas. No primeiro caso, aliás, é muito difícil até mesmo utilizar o termo “política industrial”, uma vez que não houve nenhum programa de governo direcionado ao fomento das atividades deste setor na economia, nem políticas que identificassem e subsidiassem setores de atividade e produtos como prioritários na indústria nacional. Como foi mostrado com os dados dos capítulos anteriores, a indústria nacional apenas acompanhou a evolução do PIB como um todo, evidenciando que ela apenas responde às demandas de mercado, nunca atingindo patamares capazes de “puxar” a expansão do produto. Embora a indústria de Bens de Capital tenha sido a que mais cresceu no período, esse destaque só foi possível porque a base comparativa foi muito baixa. A taxa de investimento da economia (expressa pela relação entre formação bruta de capital fixo e PIB) cresceu muito pouco, permanecendo o tempo todo em níveis inferiores a 20% do PIB (menos da metade daquilo que foi visto na China).

O desenvolvimento da indústria chinesa teve um perfil claramente mais vigoroso do que o aqui observado. Como foi citado, já há alguns anos que o governo chinês selecionou mais de 100 grupos empresariais para a formação de um “time nacional” que atuou em setores considerados de importância estratégica, de maneira semelhante ao visto nos *Chaebols* coreanos, voltado para competir com as grandes empresas no mercado chinês e internacional. A estratégia foi diversificar simultaneamente as exportações através de política tecnológica e de investimentos e modernizar a infra-estrutura, desenvolvendo diversos centros de tecnologia e estabelecendo dezenas de zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico. Essas regiões tornaram-se verdadeiros pólos de crescimento, que estimularam a economia como um todo.

As consequências dessas políticas foram visíveis nos números apresentados até aqui. A taxa de crescimento industrial foi constantemente próxima a um número três vezes maior que a do próprio PIB (dentro de um contexto em que a taxa de crescimento, por si só, já era exuberante) e o valor adicionado pela indústria quebrou recordes ano após ano. A taxa de investimento da economia também foi muito elevada, sendo a relação entre formação bruta de capital fixo e PIB as maiores já observadas no passado recente (números frequentemente superiores a 40% do PIB). Isso nos leva a deduzir que o dinamismo da expansão do produto deveu-se, em grande parte, pela atividade industrial chinesa que, pelas suas elevadas taxas de investimento, mostram-se sustentáveis no longo prazo.

Mantendo o foco da análise sobre os determinantes do crescimento do PIB, foi mostrado neste trabalho que o poder das exportações (e o conseqüente resultado da Balança Comercial) para o dinamismo da economia pode ter apresentado interpretações equivocadas em ambos os casos. No Brasil, onde o PIB é menor e o saldo comercial foi constantemente positivo, as exportações não conseguiram dar grande dinâmica à economia. Isso porque as exportações concentraram-se, sobretudo, em setores pouco intensivos em tecnologia e mão-de-obra. Os destaques foram para os setores de Matérias-Primas e Cereais, obviamente aproveitando o contexto internacional em que os preços das *commodities* foram crescentes. Como já foi dito, o bom resultado justamente nos setores mais “precários” do ponto de vista da capacidade de agregação de valores e desenvolvimento do mercado de trabalho, levou a poucas mudanças na economia nacional. Ademais, para que o saldo comercial conseguisse dinamizar a economia ele deveria ser crescente e em larga escala. No Brasil, os resultados foram muito modestos para os padrões internacionais, e já no último ano, a taxa de crescimento das importações foi superior ao das exportações (ou seja, ainda que o volume de comércio fosse gigantesco em 2008, ele teria sido nulo para efeitos de crescimento do PIB).

Na China, equívoco semelhante é feito na interpretação das exportações. Embora a indústria daquele país tenha uma direção claramente exportadora, o volume das importações também foi muito elevado no período (sobretudo de máquinas e equipamentos destinados à indústria em expansão). Logo, o saldo comercial foi muito pequeno quando comparado ao volume total de comércio daquele país, não explicando portanto um crescimento econômico de tamanha relevância (embora não esteja no período compreendido por este estudo, o ano de 2002 é marcado por déficit comercial e elevado crescimento econômico). O dinamismo, na verdade, está na atividade industrial direcionada para exportações, ou seja, pelos impactos produzidos na economia pelas indústrias destinadas ao mercado externo. A diferença entre as interpretações parece tênue, mas leva a uma conclusão de suma importância para a compreensão do padrão de crescimento chinês: o dinamismo desta economia é dada pelo mercado interno, e não por fatores externos.

É válido ressaltar que esse dinamismo interno é planejado e controlado pelo Estado, que promoveu políticas efetivas de desenvolvimento de setores considerados estratégicos. O mercado interno permaneceu protegido das importações pelo câmbio e por restrições do

próprio Estado (importações liberadas apenas para produtos e setores definidos, em regiões de desenvolvimento industrial). A entrada de capitais internacionais deu-se através de Investimento Estrangeiro Direito, para atender à necessidade de incorporação de novas tecnologias e métodos produtivos, e não por problemas de financiamento interno (como já foi dito, existe crédito barato em larga escala para esses setores chave). Esse IED ocorreu exclusivamente em parcerias ou associações com empresas estatais, que utilizavam desse meio para diversificar e sofisticar a cesta de produtos exportados pela China. Foi superado, assim, o problema da limitação tecnológica que Celso Furtado e a CEPAL viam como impeditivo para qualquer economia de industrialização atrasada se inserir de maneira dinâmica no cenário internacional.

As mudanças provocadas pelo IED na China, no entanto, foram consequências das políticas econômicas e industriais executadas pelo governo chinês. No Brasil, ainda que o nível inferior de entrada de IED já nos levasse a supor que seu poder de transformação seria menor, a ausência de políticas públicas capazes de oferecer um melhor aproveitamento dele colaboraram ainda mais para a manutenção deste cenário de poucas alterações relevantes. A respeito do IED no país, Serrano e Medeiros (2004, p. 15) afirmam:

“No entanto, o investimento direto estrangeiro, a não ser que, ao contrário do que tem ocorrido no Brasil nos últimos anos, se volte para setores exportadores ou de substituição de importações, em nada ajuda a garantir a sustentabilidade a longo prazo da posição externa do país. Esta sustentabilidade depende fundamentalmente da taxa de crescimento das exportações e da variação do coeficiente de importações em relação as taxas de juros pagas nos passivos externos. Desta forma, devido ao baixo crescimento das exportações brasileiras e o crescimento da propensão marginal a importar, resultantes da curiosa política cambial e de abertura comercial e financeira do governo FHC, os indicadores de sustentabilidade da balança de pagamentos continuaram se deteriorando sem parar.”

Apesar deste trecho fazer referência a um período anterior ao aqui estudado, não houve mudanças significativas nas políticas de desenvolvimento industrial ou que poderiam

dar nova dinâmica à indústria nacional. Diferentemente do caso oriental, em que o IED serviu para absorver tecnologia de ponta e mudar em grande escala a pauta de exportações chinesas, no Brasil este tipo de fluxo de capitais teve um papel muito mais reduzido, limitando-se à sua função de promover financiamento internacional de longo prazo, seguindo sempre os interesses e direções desenhados pela matriz.

Finalmente, a política cambial foi utilizada de maneira distinta nas duas economias. Por aqui, o real seguiu uma clara tendência de apreciação, que, se torna as importações mais baratas e facilita o controle da inflação dentro das rígidas metas estipuladas pelo Banco Central, tira a competitividade das exportações nacionais e colabora para o processo de desestruturação do parque industrial brasileiro que conseguiu sobreviver às crises e retrocessos observados nas duas décadas anteriores. Essa evolução da taxa de câmbio gera estranheza não só por debilitar um dos poucos setores que se destacaram no período – o de exportações, ainda que voltado para produtos de baixo valor agregado – como por mostrar claramente uma tendência de degradação social no longo prazo, gerada pela consequente desestruturação do mercado de trabalho.

A escolha desse projeto que facilita as importações e pune a indústria nacional (sobretudo aquelas voltadas para exportação) só não teve consequências mais graves no período estudado (isto é, além do baixo crescimento), porque o contexto internacional foi favorável, com o aumento dos preços das *commodities* e redução dos preços dos produtos manufaturados. No longo prazo, essa relação tende a se inverter, tornando duvidosa a capacidade de manutenção do crescimento do produto interno bruto.

Na China, houve muita pressão internacional para que o governo chinês valorizasse a moeda nacional, mas este pouco mudou a taxa de câmbio, mantendo-o desvalorizado com relação às principais moedas internacionais. Essa postura foi coerente com o projeto nacional de desenvolver e proteger à indústria local, ao mesmo tempo que conseguiu manter a competitividade no âmbito internacional.

## Conclusão

O período compreendido entre os anos de 2003 e 2008 foram marcados por grande crescimento internacional e grande destaque dos países em desenvolvimento como um todo. Dentro deste contexto, este trabalho procurou examinar o padrão de crescimento brasileiro em contraposição ao chinês, identificando e analisando os determinantes desses padrões que, como foi mostrado, foram muito distintos. No Brasil, ficou claro que as grandes metas do Estado eram controlar a inflação e gerar um superávit primário capaz de sinalizar ao mercado que o país havia adotado “boas práticas de governança” e de crescimento sustentável. Embora o país tenha dedicado grande esforço nesse sentido, adotando uma política fiscal austera (esvaziando o papel do Estado, do gasto público e das poucas estatais que ainda sobreviveram), abrindo-se ao comércio e ao capital internacional, mantendo a taxa de juros elevada (tanto para manter o PIB dentro daquilo que era definido como seu potencial, como para atrair capitais de curto prazo), o crescimento econômico foi muito pequeno. Isso porque o capital internacional especulativo, e mesmo os grupos empresariais globalizados, não possuem nenhum compromisso de desenvolvimento com o país onde eles atuam. A menos que haja uma política governamental específica de utilização desses meios para a construção de um “projeto de país” mais dinâmico, o capital privado buscará apenas a sua valorização, independente das consequências econômicas e sociais.

Além disso, o setor industrial e o exportador também não foram contemplados por uma política pública arrojada e direcionada para setores estratégicos. O crescimento se deu, sobretudo, ao já citado contexto externo favorável, inserindo-se o Brasil no comércio internacional através de produtos agrícolas e matérias-primas, aproveitando o *boom* das *commodities*. Tal opção é muito perigosa para o longo prazo, uma vez que o parque industrial brasileiro e o mercado de trabalho vêm se deteriorando, e não há garantias de que esse contexto favorável se perpetue (como, inclusive, já foi observado com a crise internacional que se estabeleceu ainda no final do período estudado).

Já a China experimentou uma realidade econômica muito distinta no período. Ela não só apresentou as maiores taxas de crescimento – frequentemente na casa de dois dígitos – como possibilitou a expansão de uma série de outros países através da importação de

máquinas, equipamentos e matérias-primas necessárias à sua expansão produtiva. Esse resultado positivo, coordenado pelo Estado, deveu-se à conjunção de uma série de fatores, como atração e direcionamento de investimentos estrangeiros diretos com importação de tecnologia (permitindo à China superar o problema da limitação tecnológica, inerente a todos os países de industrialização atrasada que pretendem se inserir de maneira dinâmica no cenário internacional), equilíbrio entre as fontes interna e externa de demanda, condições monetárias favoráveis aos investimentos (com especial destaque para o crédito, que é controlado pelos quatro bancos estatais chineses e é largamente utilizado para dinamizar setores estratégicos), taxa de câmbio competitiva e estável.

Dito isso, ficou claro também o equívoco em duas interpretações recorrentes da economia chinesa. A primeira delas, que atribui o sucesso oriental à abertura ao capital internacional, não condiz com a realidade do país, em que o Estado tem papel determinante não só no controle das variáveis macroeconômicas essenciais, mas também nas parcerias entre as estatais e o capital privado entrante. A segunda interpretação errônea esclarecida aqui, diz respeito às exportações e sua capacidade de “puxar” o crescimento. Embora essa idéia tenha sido muito disseminada, os números deste estudo mostraram que, apesar do volume de exportações ter sido muito grande, de igual maneira também foram as importações. O dinamismo se deu, dessa forma, devido ao mercado interno muito robusto, com altas taxas de investimento, expansão da infra-estrutura e da produção industrial (que apresentou taxas de crescimento muito superiores ao próprio PIB). Esse mercado interno dinâmico só foi possível devido às condições favoráveis criadas pelo Estado.

Esses diferentes padrões de crescimento observados foram consequências não só das políticas econômicas adotadas no período em questão, mas também das características estruturais históricas das duas economias, apresentadas no Capítulo 1. Como essas características foram pouco alteradas ao longo do período, é de se esperar que essas tendências de crescimento permaneçam, pelo menos no futuro recente. A própria crise internacional, eclodida pela crise imobiliária e dos bancos dos EUA, mostra que a economia brasileira, mais uma vez, foi muito afetada pela mudança do cenário externo (embora tenham sido adotadas algumas medidas anti-cíclicas, que impediram que o país entrasse em uma recessão drástica), ocorrendo fuga de capitais internacionais, com reflexos na indústria, no emprego e na renda nacional. Tais efeitos foram muito menos sentidos na

China, em que o dinamismo é dado internamente e o Estado não é refém do capital especulativo (mercado financeiro chinês é fortemente regulamentado pelo governo e ainda é muito incipiente).

Uma última lição extraída deste trabalho é que a inserção dinâmica de um país no cenário internacional só é possível por meio de decisões autônomas direcionadas aos setores estratégicos da economia, focando na superação da limitação tecnológica e na construção das bases econômicas e estruturais necessárias ao desenvolvimento do mercado interno. A consequência desse raciocínio é o abandono das receitas prontas oferecidas pelo mercado e que mostraram-se infrutíferas no caso brasileiro. Não se pretende aqui deconsiderar as diferenças entre os dois países, que são grandes até mesmo na esfera política e nos interesses que predominam nas sociedades. No entanto, o fato de um país de industrialização atrasada, de marco regulatório muitas vezes pouco definido, e de grande participação estatal, ter conseguido atrair fortemente o interesse do capital privado internacional, mostra que modelos de desenvolvimento diferentes do pregado pelo mercado podem lograr êxito econômico em âmbito mundial.

## Referências Bibliográficas

AMITRANO, Claudio Roberto. *O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites*. In: Política Econômica em Foco, n. 7. seção VII, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 23 jun. 2008.

ANTUNES, Davi J. N. *A Economia brasileira no Último Quarto de Século*. Mimeo, 2004.

BACHA, Edmar. Prólogo para a 3ª Carta. In: FMI x Brasil: a Armadilha da Recessão. FÓRUM DA GAZETA MERCANTIL. São Paulo, Gazeta Mercantil, 1983.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. *Formação de Capital e Transferência de Recursos ao Exterior*. In: Revista de Economia Política, Volume 07, nº. 01, São Paulo, 1987.

BELLUZZO, Luiz G. M.; ALMEIDA, Júlio S. G. de. *A Crise da Dívida e suas Repercussões sobre a Economia Brasileira*. In: BATISTA JR., Paulo Nogueira & BELLUZZO, Luiz G. M. (orgs.) *A Luta Pela Sobrevivência da Moeda Nacional*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_, *Depois da Queda: A Economia Brasileira da Crise da Dívida aos Impasses do Real*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

BIANCARELI, André Martins. *Para onde vai a China?*. In: Política Econômica em Foco – Suplemento 6 do Boletim semestral do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, n. 5, nov. 2004/abr. 2005. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 15 out. 2009.

CARNEIRO, Ricardo Medeiros. *Crise, Estagnação e Hiperinflação*. Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 1991.

CARVALHO, Fernando J. C. de. *Alta Inflação e Hiperinflação: Uma Visão Pós-Keynesiana*. In: Revista de Economia Política, volume 10, nº. 04, São Paulo, 1990.

CESIT. Carta Social e do Trabalho, n. 02, janeiro de 2006. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 23 jun. 2008.

COUTINHO, Luciano. *A Especialização Regressiva: Um Balanço do Desempenho Industrial Pós-Estabilização*. In: VELLOSO, João P. R. (org.) Brasil: Desafios de um País em Transformação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

DELFIN NETTO, Antônio. *O Plano Real e a Armadilha do Crescimento Econômico*. In: MERCADANTE, A. (org.), 1997.

FRENKEL, Roberto. *Decisiones de Precio en Alta Inflación*. In: Desarrollo Económico, vol. 19, Buenos Aires, 1979.

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. *Investimento Direto Estrangeiro e a Retomada do Crescimento Sustentado nos Anos 90*. In: Economia e Sociedade, nº 08, Campinas, 1997.

LESSA, CARLOS F. T. M. R.; DAIN, Sulamis. *Capitalismo Associado: Algumas Referências Para o Tema Estado e Desenvolvimento (1982/1983)*. In: BELLUZZO, Luiz G. M.; COUTINHO, Renata (orgs.), Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise - vol. 01. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática*. In: Revista de Economia Política, vol.26, n.3, São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br>. Acesso em: 19 set. 2009.

\_\_\_\_\_. *Economia e política de desenvolvimento recente na China*. In: Revista de Economia Política, v. 19, n. 3, 1999. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br>. Acesso em: 19 set. 2009.

\_\_\_\_\_. *China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional*. III Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 2008. Disponível em <http://www.funag.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2009.

MELLO, João M. C. de. *O Estado Brasileiro e os Limites da "Estatização"*. In: Ensaios de Opinião, volume 05, Rio de Janeiro, 1977.

\_\_\_\_\_. *O Capitalismo Tardio: Contribuição à Revisão Crítica da Formação e Desenvolvimento da Economia Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

MELLO, João M. C. de; BELLUZZO, Luiz G. M. *Reflexões Sobre a Crise Atual (1982/1983)*. In: BELLUZZO, Luiz G. M.; COUTINHO, Renata (orgs.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaios Sobre a Crise - vol. 01*. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

MELLO, João M. C. de ; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo Tardio e Sociabilidade Moderna*. In: SCHWARCZ, Lília M. *História da Vida Privada no Brasil - vol. 4*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

OECD. *China in the 21st century. Long Term Global Implications*. OECD, 1996. Disponível em <http://www.oecd.org>. Acesso em: 19 set. 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *Reformas Econômicas na China*. In: Economia Política Internacional, Boletim 5, abr./jun.2005. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 05 nov. 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. *O Real e o Mito*. In: Revista ADUSP, São Paulo, 1995.

SERRA, José C. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra (1982/1983)*. In: BELLUZZO, Luiz G. M.; COUTINHO, Renata (orgs.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise - vol. 01*. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, 1998.

SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos. *O Desenvolvimento Econômico e a Retomada da Abordagem Clássica do Excedente*. Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <http://www.sep.org.br>. Acesso em: 01 nov. 2009.

SICSÚ, João(b). *Flutuação Cambial e Taxa de Juros no Brasil*. In: Revista de Economia Política, vol. 22, n. 3, jul./set. 2002. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 23 jun. 2008.

SILVA, Antonio Carlos Macedo e. *A montanha em movimento: uma notícia sobre as transformações recentes da economia global*. Política Econômica em Foco, n. 7. seção II, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br>. Acesso em: 29 ago. 2009.

SILVA, Fabio Gonçalves da. *O Sistema Financeiro Chinês*. NEÁSIA – Núcleo de Estudos Asiáticos – Universidade de Brasília, 2006. Disponível em [http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo\\_fabio100306.pdf](http://vsites.unb.br/ceam/neasia/boletins/artigo_fabio100306.pdf). Acesso em: 01 nov. 2009.

SUZIGAN, Wilson. *A Economia Brasileira Após uma década de Estagnação*. In: Economia e Sociedade, nº. 01, Campinas, 1992.

TAVARES, Maria da C. *A Evolução do Capitalismo Moderno: Um Estudo da Produção Mecanizada*. In: HOBSON, John A. São Paulo, Nova Cultural, 1985.